



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Avaliação de Custos na Produção de Azeitona:
Uma Abordagem Alternativa ao Justo Valor

Nome do candidato

Diogo Filipe Dos Santos Cardoso

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof^ª Doutora Ana Isabel Lopes,
Professora Auxiliar, ISCTE Business
School, Departamento de
Contabilidade

Setembro, 2023



BUSINESS
SCHOOL

Avaliação de Custos na Produção de Azeitona: Uma Abordagem Alternativa ao Justo Valor

Nome do candidato

Diogo Filipe Dos Santos Cardoso

Mestrado em Contabilidade

Orientadora:

Prof^a Doutora Ana Isabel Lopes,
Professora Auxiliar, ISCTE Business
School, Departamento de
Contabilidade

Setembro, 2023

Resumo

A adoção da Norma Internacional de Contabilidade IAS 41 – Agricultura impõe o princípio da valorização pelo método do justo valor referente à mensuração de ativos biológicos. Em Portugal, a introdução da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 – Agricultura transpôs as diretrizes colocadas pelo normativo Internacional. A utilização do justo valor na mensuração dos ativos biológicos pressupõe a existência de mercado ativo com informação financeira dos ativos biológicos, no entanto o método do custo configura uma alternativa mais fidedigna de valorização. Baseado nas fragilidades do justo valor, o presente projeto de mestrado apresenta uma proposta de solução para um problema colocado pelo gestor de uma empresa agrícola, que se traduz na seguinte questão de investigação: Uma mensuração baseada no custo da produção poderá gerar um valor unitário do produto agrícola mais credível, comparativamente ao justo valor estabelecido no mercado? O objetivo da presente investigação consiste na elaboração de um modelo de custo para um ativo biológico da empresa fundamentado na análise de elementos contabilísticos, práticas de gestão e no desenvolvimento do ativo. Assente na análise contabilística, realização de entrevistas e numa sessão de *focus group* com elementos da empresa, o modelo apresentado compreende os estágios de transformação biológica do ativo biológico juntamente com os custos inerentes a cada etapa. Os resultados da aplicação do modelo de custo proposto neste projeto salientam que o custo de produção unitário do produto agrícola suportado pela empresa é superior relativamente ao justo valor apresentado pelo mercado, o que justifica a preocupação apontada pelo gestor.

Palavras-chaves: Ativos biológicos, justo valor, IAS 41, produto agrícola

Abstract

The adoption of International Accounting Standard IAS 41 – Agriculture imposes the principle of valuation using the fair value method regarding the measurement of biological assets. In Portugal, the introduction of Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 – Agricultura transposed the guidelines set out by the International standard. The use of fair value in measuring biological assets presupposes the existence of an active market with financial information on biological assets, however the cost method provides a more reliable valuation alternative. Based on the weaknesses of fair value, this master's project presents a proposed solution to a problem posed by the manager of an agricultural company, which translates into the following research question: Could a measurement based on the cost of production generate a more credible unit value of the agricultural product, compared to the fair value established in the market? The objective of this investigation is to develop a cost model for a company's biological asset based on the analysis of accounting elements, management practices and the development of the asset. Based on accounting analysis, interviews and a focus group session with members of the company, the model comprises stages of biological transformation of the biological asset together with the costs inherent to each stage. The results of the application of the cost model proposed in this project highlight that the unit production cost of the agricultural product borne by the company is higher than the fair value presented by the market, which justifies the concern highlighted by the manager.

Key words: Biological assets, fair value, IAS 41, agricultural product

Índice

Introdução.....	1
2. Revisão de Literatura.....	4
2.1 Seleção de custos e criação de valor	4
2.2 Práticas de Contabilidade no Sector Agrícola e Enquadramento Normativo	7
2.3 Justo Valor e Modelo do Custo na Mensuração de Ativos Biológicos	11
3. O sector agrícola em Portugal	15
3.1 – Dados Estatísticos	15
3.2 – Organismos Participantes.....	20
4. Metodologia.....	22
5. Projeto em empresa - Uma empresa centenária.....	25
5.1 Projeto em empresa - Determinação do custo da azeitona	25
5.2 Projeto em empresa - Sistema Interno da SAGSC, Lda.	26
5.3 Projeto em empresa – Método de mensuração utilizado pela empresa	28
5.4 Projeto em empresa - Desenvolvimento do Olival	30
5.5 Projeto em empresa – Seleção de Custos alocados ao Olival.....	33
5.5 Projeto em empresa - Modelo de Custos por Fases de Crescimento	38
6. Analise dos Resultados.....	45
Conclusões.....	47
Bibliografia.....	50
Anexos.....	55

Introdução

Atualmente, o tratamento contabilístico dos ativos biológicos em empresas portuguesas está previsto pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 – Agricultura, estipulando os critérios relativamente ao seu reconhecimento, mensuração e classificação baseada na aplicação do justo valor fornecido pela existência do mercado ativo. O pressuposto de uma mensuração com base no justo valor de mercado é debatida por diversos autores, pois apesar de apresentar diversos benefícios no âmbito da sua aplicabilidade, também, muitas das vezes não resulta em exposições contabilísticas fidedignas relativamente aos valores exatos dos ativos mensurados.

Na sua maioria, as empresas inseridas no setor agrícola nacional elaboram as suas demonstrações financeiras com base da aplicação de uma mensuração derivado do justo valor no que respeita aos seus ativos biológicos. Este procedimento está largamente associado à disponibilidade por parte de organismos governamentais de tabelas indicativas que retratam os valores de mercado dos diversos ativos biológicos e produtos agrícolas. O facto de existir mercado ativo para este tipo de bens não pressupõe que o mesmo represente com fiabilidade as diferentes tipologias de culturas desenvolvidas, uma vez que, a diferentes regiões geográficas compreendem diferentes tipologias de explorações agrícolas que apresentam custos com matérias-primas e gastos gerais de produção distintos de região para região.

O projeto a desenvolver visa a resolução de um problema de uma empresa real inserida no setor agrícola nacional, que se debate com a dificuldade no momento do apuramento do custo que cada quilo de azeitona produzido, visto que, este produto agrícola é contabilizado pela mesma com recurso ao justo valor fornecido pelo mercado. A questão colocada por parte do órgão de gestão da empresa torna relevante a conceção de um modelo alternativo de custeio ao do justo valor, sendo este justificado de acordo com a conformidade dos factos apresentados previamente, juntamente com a preocupação por parte do mesmo, motivada pelo crescente nível de inflação registada no período de 2022.

Com base no problema apresentado, o projeto desenvolvido apresenta uma alternativa no processo de mensuração do ativo biológico, que por sua vez, irá determinar o custo unitário do produto agrícola produzido.

Atendendo à especificidade deste projeto, existe uma dualidade relativamente à sua relevância, no âmbito que visa a resolver um problema real e relevante para a

composição financeira da empresa, como também, do ponto de vista acadêmico existe o debate entre a utilização do modelo do custo e a aplicação do justo valor no que respeita ao processo de mensuração de ativos e de apuramento de custos.

De modo a concretizar os objetivos estabelecidos, mais concretamente a determinação do custo por quilo da azeitona, e numa segunda fase, a mensuração do ativo biológico pelo método do custo, a metodologia a aplicar neste projeto em empresa, terá uma natureza qualitativa. Os meios a empregar na recolha de dados abrangem entrevistas individuais realizadas com elementos críticos da empresa, uma sessão de *focus group* com todos os elementos previamente entrevistados, juntamente, com a análise dos elementos contabilísticos da empresa.

Com as informações do ponto de vista técnico, operacional e contabilístico, será possível compreender o sistema de controlo interno utilizado pela empresa, as especificidades presentes no olival que a mesma desenvolveu, juntamente com as práticas contabilísticas aplicadas pela responsável pela contabilidade da empresa.

A estrutura deste projeto encontra-se dividida em cinco pontos distintos, à parte da Introdução e da Conclusão. Os primeiros dois capítulos representam o estudo teórico estatístico realizado, o capítulo três engloba a metodologia utilizada, o quarto capítulo descreve os procedimentos conduzidos pelo investigador com vista a desenvolver o método de custo, e o último capítulo expõe os resultados obtidos.

O primeiro capítulo aborda temas característicos deste projeto, por via de uma revisão de literatura com recurso a artigos académicos, que englobam tópicos como a criação de valor e seleção de custos na formação de preços, as práticas de contabilidade do setor agrícola no cenário nacional e internacional, e ainda, uma exposição muitas vantagens e desvantagens da utilização do método custo e de justo valor no processo de mensuração.

O segundo capítulo retrata com recurso dados estatísticos fornecidos pelo instituto nacional de estatística, o desenvolvimento económico que o setor agrícola tem vindo a desempenhar em território nacional. Concretamente serão apresentados quadros com estatísticas que têm como objetivo realçar não só esta atividade, como também, a exploração agrícola desenvolvida pela empresa.

No terceiro capítulo, os métodos utilizados pelo investigador são expostos bem como, a descrição de como serão aplicados e a importância dos elementos que o mesmo terá de interagir de modo a recolher informação necessária para elaboração do projeto.

Neste ponto, serão descritos os papéis dos elementos a entrevistar, bem como os objetivos individuais perante cada um.

O quarto capítulo encontra-se dividido em cinco partes distintas, nas quais será retratada a atividade desenvolvida pela empresa, o seu sistema de controlo interno, o procedimento operacional que visa a construção do olival e os processos de transformação que este apresenta, os métodos contabilísticos aplicados pelo responsável, a seleção dos custos inerentes ao olival, e por último, a elaboração de um modelo de custo que compreenda o custo total de produção do olival e da azeitona.

Relativamente ao quinto capítulo, serão discutidos os resultados que o modelo desenvolvido gerou, comparativamente com os valores que a empresa apurou com o recurso ao justo valor.

A Conclusão irá abranger uma síntese de tudo o trabalho realizado pelo investigador, juntamente com as respostas aos objetivos da investigação, tratando ainda de apresentar os contributos empregues a empresa, algumas limitações que ocorreram, e ainda, sugestões futuras de investigação.

2. Revisão de Literatura

A abordagem literária do seguinte projeto em empresa compreende os desafios propostos pela mesma, explorando os principais tópicos que envolvem a situação contabilística, financeira e de mercado em que a empresa se encontra. Uma vez que, para ser possível entender e explicar a formulação dos seus preços, métodos de produção, estrutura e atribuição de custos, é necessário uma pesquisa literária sobre os temas de apuramento, especificação e agregação de custos para a definição de preços de produtos derivado de sistemas de custeio baseados numa contabilidade de custos, juntamente com a utilização do justo valor na mensuração de ativos e os seus impactos nas demonstrações financeiras das empresas no sector agrícola, às particularidades que o agronegócio apresenta para a contabilidade, às diferenças entre o uso do modelo do custo e o justo valor na mensuração de ativos. Adicionalmente, é necessária uma revisão dos aspetos e definições do processo contabilístico que os Ativos Biológicos apresentam no cenário nacional e internacional, de modo que os processos a implementar estejam previstos no enquadramento contabilístico da empresa.

2.1 Seleção de custos e criação de valor

Na esfera contabilística, o conceito e relevância do lucro é debatido ao longo de vários anos por diversos autores, podendo ser analisado como o resultado das relações negociais entre empresas e mercados sendo o mesmo indicativo não apenas da viabilidade de mercado da empresa, mas também de sua eficiência social na utilização dos recursos da sociedade onde se encontra inserida (Tinker, 1980; Ravenscroft & Williams, 2021).

No entanto, outros autores como Richardson (1987), ao reconhecer a contabilidade como uma instituição social, interpreta o conceito de lucro como uma medida arbitrária derivada do controlo financeiro das empresas por parte dos gestores que interpelam um papel de mediadores entre o Estado e a instituição que representam, na medida em que estes têm mutuamente de elaborar informação financeira interna e externa (Richardson, 1987; Romi *et al.*, 2022).

Na atualidade empresarial, a estabilidade financeira desempenha um papel prioritário no dia-a-dia das organizações, igualmente, as metodologias e processos desenvolvidos de modo a gerar lucro e a controlar a forma de como esse mesmo lucro é gerado. Deste modo, as empresas dispõem de uma variedade de recursos económico-financeiros que visam a contemplação e a previsão das suas margens de lucro face às

condições em que se encontram inseridas, avaliação de performance de métodos de trabalho e criação de valor e estabilização do seu modelo de negócio. Estudos realizados por Hilton, Swieringa e Turner (1988), que visavam a comparação da formulação de preços a partir da contabilidade de custos com o método tradicional expresso na Teoria Económica representada pelo cálculo do custo marginal e do lucro marginal em diferentes empresas, demonstraram, com recurso a questionários a gestores, que a utilização da contabilidade de custos e da sua análise possuía uma grande influência aquando do momento da decisão de se estabelecer preços nos produtos e serviços oferecidos.

Cooper e Kaplan (1991) ao examinarem o papel dos gestores financeiros das empresas, afirmaram que os mesmos partem das demonstrações financeiras para elaborar documentos de controlo interno e efetuarem previsões de custos e vendas, concluindo que as informações contidas nos documentos contabilísticos refletem o conjunto de práticas e decisões tomadas pelas empresas representando a forma de como estas atuam no decorrer da sua atividade. No entanto, foi verificado que o recurso às demonstrações financeiras não era o suficiente para os gestores maximizarem as suas margens de lucro e pudessem reduzir a sua estrutura de custos, avançando os autores, que os mesmos teriam de entender os padrões de consumo de recursos ao mais micro nível das operações, pois seria onde os mesmos deveriam atuar. Assim, a necessidade de uma compreensão fidedigna e verídica da estrutura de custos das empresas tornou-se altamente relevante para que os gestores pudessem tomar decisões no âmbito dos custos executados ao longo da cadeia de valor. A importância da sua mensuração e agregação em modelos de custeio começou a fazer parte do processo contabilístico e financeiro das empresas, com vista a que as mesmas pudessem identificar fatores a minimizar e pudessem estimar um custo real total dos produtos e serviços oferecidos.

As novas práticas de controlo interno levaram a que os gestores e contabilistas detetassem erros na mensuração, especificação e agregação no momento da utilização de modelos de custeio. Tal como foi relatado num estudo desenvolvido por Datar e Gupta (1994), os autores estabelecem um modelo capaz de medir os efeitos dos erros na estimativa do custo de um produto, medindo a influência quando os mesmos ocorrem. As suas conclusões apontam para um maior cuidado na mensuração, especificação e agregação dos custos por parte das empresas, uma vez que erros ocorridos a um dos três níveis leva a um alto grau de imprecisão ao se estabelecer os custos de um produto, justificando assim, a dificuldade que existe ao entender como os custos interagem direta e indiretamente com o produto ou serviço a desenvolver. Os mesmos autores ainda dão

ênfase aos erros que ocorrem da mensuração dos custos, visto que estes além de receberem pouca atenção na literatura de custeio de produtos, são o tipo de erros que aumentam a distorção do custo dos produtos inclusive quando as empresas melhoram os seus sistemas de custeio.

A compreensão e o entendimento de toda a estrutura de custos podem estabelecer um conjunto de dificuldades para os gestores e contabilistas, fazendo com que o papel da contabilidade seja colocado em questão aquando da sua relevância para o entendimento das atividades desenvolvidas. Investigações empíricas destinadas a explorar a evolução dos limites da influência da contabilidade ao longo do século vinte afirma que a redefinição das margens da contabilidade é um processo contínuo, reforçando ainda que tanto a contabilidade de custos como a contabilidade de gestão estão mais próximas dos produtos e da sua produção em comparação a outras áreas como a engenharia, uma vez que as críticas e as melhorias feitas no ramo da contabilidade desempenham um papel vital na sua modernização e adaptação às mais complexas alterações científicas e tecnológicas (Miller, 1998; Robson & Ezzamel, 2023),

O processo de criação de valor num produto ao serviço encontra-se intrinsecamente ligada aos custos que ocorrem na sua realização, uma vez que no momento de serem seleccionados pelos consumidores, estes fazem escolhas com base em diversas características, sendo uma delas o preço do mesmo (Wayland & Cole, 1997). A importância de estabelecer uma relação entre o custo e o valor era essencial para que os gestores pudessem tomar decisões ao nível da utilização de recursos capazes não só de maximizar os seus lucros, como também melhorar a sua competitividade (Kaplan & Cooper, 1998). Num panorama de planeamento de custos, é vital para a rentabilidade de uma empresa que os custos reais de um produto não ultrapassem o próprio preço final do próprio, e quando este cenário se verifica, todo o processo de planeamento de custos precisa de ser revisto de modo a justificar e a eliminar discrepâncias. Neste mesmo processo, a análise de valor do produto ou serviço desenvolvido é incluída, de modo que os mesmos vão em concordância com as expectativas do consumidor, deste modo, tanto os custos incorridos como o valor produzido estão alinhados com a rentabilidade dos produtos (Horváth, 1993; Yoshikawa et al., 1994).

De modo a criar uma ponte entre o valor e o custo, McNair (1994) baseia-se em atividades que geram valor ao longo da produção e nas ligações da estrutura de custos internos com a definição externa de valor, desenvolvendo assim o conceito de lucro potencial. Fundamentado nas perceções de valor do consumidor de modo a identificar e

mensurar custos geradores de valor, o mesmo argumenta que a rentabilidade das empresas pode ser superior caso a percentagem desses mesmos custos aumente. Com o intuito de aplicar este mesmo conceito, foi desenvolvido um Modelo de Criação de Valor, onde o preço dos produtos e serviços constitui a medida representativa de valor atribuído pelos consumidores e que o custo engloba todo o valor económico dos recursos empregues de modo a produzir esse mesmo valor aos consumidores. Após a sua implementação numa empresa italiana, os resultados evidenciam que o mesmo é capaz de identificar os atributos que providenciam valor nos produtos e serviços, definir a sua relação com o seu custo associado, expondo oportunidades de maximização de lucros para a empresa, auxiliando gestores a identificarem onde e como a empresa cria valor (McNair et al., 2001; Mattimoe & Seal, 2011).

2.2 Práticas de Contabilidade no Sector Agrícola e Enquadramento Normativo

O sector agrícola desempenha um papel próprio na área da contabilidade, sendo um sector com particularidades únicas derivadas de ciclos de produção, fatores externos que afetam a produção e a distinção entre os custos inerentes à atividade pecuária e à atividade agrícola¹ (Azevedo, 2005).

Devido às suas especificações, o sector agrícola apresenta desafios únicos que condicionam as empresas que exercem atividades da sua natureza, envolvendo assim a necessidade de práticas distintas de gestão capazes de responder a qualquer situação derivada de fatores de natureza biológica, animal e climática, sendo que, a disponibilidade das informações deve ser constante e oportuna para a tomada de decisão. Wanadoo (2004) citado por Alves e Teixeira (2005), afirma que as atividades agrícolas apresentam um conjunto de dificuldades que impedem a aplicação de princípios contabilísticos tais como o crescimento normal de animais que implicava alteração no seu valor, a dependência do sucesso derivada de fatores climáticos condicionando assim a previsão de rendimentos futuros, valorização do custo de produção das culturas na terra visto que a mesma depende da etapa do desenvolvimento das mesmas, juntamente com a existência de mais do que uma atividade a ser desenvolvida na mesma exploração agrícola.

¹ Atividade Agrícola: é a gestão por uma entidade da transformação biológica e a colheita de ativos biológicos para venda ou para conversão, em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. (NCRF 17, §6)

Argilés (2001) ao estudar a viabilidade de explorações agrícolas na região da Catalunha, Espanha, a partir da informação contabilística, destacou o uso raro e escasso da contabilidade no sector, devido ao uso de indicadores não contabilísticos como a localização geográfica da exploração, tipo de exploração e estratégias de marketing, entre outras. Condicionados pelos elementos apresentados, a necessidade de um maior e melhor nível de informação contabilista é exigida tanto por parte de elementos internos como externos às atividades, uma vez que tanto gestores, produtores e contabilistas precisam de tomar decisões ao nível das operações e, respetivamente, o Estado, derivado da sua intervenção legislativa no sector. O tópico é debatido por Alves e Teixeira (2005), que atentam não só ao momento das informações como também da sua qualidade e dos mecanismos utilizados para que a mesma seja relevante no sucesso aquando da tomada de decisão. Apesar de muitas das vezes a informação resultante das empresas agrícolas apresentar problemas de fiabilidade, ambas as autoras sustentam que com a introdução da IAS 41 – Agricultura, foi conseguido um quadro conceptual capaz de interpretar as particularidades das explorações agrícolas de modo a traduzir um maior desempenho para a gestão.

A introdução de um normativo contabilístico específico para o sector foi algo único por parte do IASB, que em dezembro de 2000 (sob a designação de IASC) editou a IAS 41 – Agricultura, um passo significativo pois foi a primeira norma destinada apenas para um sector de atividade (Rech & Cunha, 2011). A IAS 41 inova ao expor métodos de reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, esta última, abordada pelo seu justo valor deduzido dos custos ocorridos no ponto de venda, sendo o mesmo critério ainda discutido (Medeiros, 2010). Além de apresentar os procedimentos contabilísticos a realizar, a IAS 41 apresenta um ponto mais relevante, o da definição de um ativo biológico² (§5), sendo o mesmo um animal ou planta vivos, e produto agrícola³ como o produto colhido, dando origem aos ativos biológicos no momento da colheita⁴.

Argilé e Slof (2001) na sua revisão da norma IAS 41, abordam que as medidas introduzidas relevam-se significativas ao nível da definição, valorização e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agropecuários, destacando tanto a simplicidade do sistema valorimétrico pelo justo valor como o debate que se criou em torno do mesmo,

² Ativo Biológico: é um animal ou planta vivos. (NCRF 17, §6)

³ Produto Agrícola: é o produto colhido dos ativos biológicos da entidade. (NCRF 17, §6)

⁴ Colheita: é a separação de um produto de um ativo biológico ou a cessação dos processos de vida de um ativo biológico. (NCRF 17, §6)

visto que a complexidade na determinação do valor mensurável ficou restringida. Estudos realizados em diversas empresas, com vista a avaliar a implementação da IAS 41 demonstram que a harmonização contabilística derivada pela nova norma, no entanto, aborda de modo crítico a simplicidade da valorização dos ativos biológicos, anteriormente vista como uma vantagem por parte de diversos autores, destacando que a mesma pode originar impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras e condicionar a posição financeira das mesmas perante agentes de financiamento. A sua aplicabilidade ao longo de vários países também é apontada pelo autor como sendo um dos seus pontos negativos, uma vez que a mesma não está preparada para as condições particulares de certos países tropicais e países francófonos (Elad, 2004; De George *et al*, 2016).

Boone (2009) afirma que a maioria das empresas agrícolas não aplica de forma correta as indicações e disposições expostas pela IAS 41 na elaboração das suas demonstrações financeiras, mas sim, critérios fiscais, fazendo com que tanto os intervenientes internos (gestores, contabilistas e produtores) como externos (bancos e Estado) ajam perante o código fiscal de cada país e não pelo enquadramento contabilístico fornecido pela norma.

Em Portugal, a NCRF 17 – Ativos Biológicos, adaptada da IAS 41, tem como objetivo “o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações relativas à atividade agrícola” (NCRF 17, 2009, §1). Semelhantemente à sua contraparte internacional, a NCRF 17 (§6) define ativo biológico como “um animal ou planta vivos” e respetivamente, produto agrícola como “o produto colhido dos ativos biológicos da entidade”. Adicionalmente, a seleção da utilização justo valor como critério de valorização e mensuração também é uma prática comum em ambos os normativos, no entanto, na NCRF 17 (§9) são colocadas preposições para a determinação de um mercado ativo que consiga justificar o justo valor a aplicar, sendo que para o mesmo se verificar é necessário “cumulativamente, as condições seguintes: a) Os itens negociados no mercado são homogéneos; b) Podem ser encontrados em qualquer momento compradores e vendedores dispostos a comprar e a vender, e; c) Os preços estão disponíveis ao público”. No entanto, e contrariamente à IAS 41, a NCRF 17 (§31) abre uma exceção à utilização da imposição do justo valor aquando da mensuração dos ativos biológicos, sendo que esta se dá no momento de reconhecimento inicial do ativo biológico, quando o mesmo não apresenta preços cotados de mercado ou as suas mensurações alternativas pelo justo valor sejam determinadas de forma pouco fiáveis, assim, a norma permite uma mensuração

pelo custo, menos qualquer depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada.

A categorização dos ativos biológicos na NCRF (§37) também estabelece um ponto similar com a IAS 41, sendo que a mesma apresenta a classificação dos seguintes em ativos biológicos consumíveis, ativos biológicos de produção, ativos biológicos maduros e ativos biológicos imaturos. A norma estabelece que os ativos biológicos consumíveis são os “que estejam para ser colhidos como produto ou vendidos como ativos biológicos”, como é o caso de gado destinado para a venda ou para produção de carne; considera os ativos biológicos de produção como ativos com a propriedade de “regeneração própria”, abrangido por exemplo árvores de frutos, estabelecendo assim um atributo diferenciador entre esses dois tipos de ativos biológicos uma vez que os ativos biológicos consumíveis extinguem-se em cada colheita, enquanto que os ativos de produção permitem diversas colheitas ou reproduções em casos de gado (Alves e Fernandes, 2017). Nestes últimos, encontramos uma divergência entre as duas normas, concretamente no momento da classificação dos ativos biológicos de produção, ou “bearer plants” como descritos na IAS 41, visto que, ao aplicarmos a norma portuguesa, os mesmos serão classificados como Ativos Biológicos, enquanto, pela aplicação da norma internacional, serão classificados como Ativos Fixos Tangíveis.

Na abordagem aos ativos biológicos maduros e imaturos (NCRF – 17, §41), é estabelecido que apenas serão considerados maduros os ativos biológicos que poderão ser colhidos em caso de ativos biológicos consumíveis, ou no caso de ativos biológicos de produção, que sejam capazes de sustentar colheitas regulares, uma vez o incumprimento dessas mesmas condições, os ativos biológicos serão considerados imaturos.

Todo o processo de caracterização e separação por atributos biológicos estabelecido pela NCRF 17, atribui um carácter mais relevante no momento de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos, uma vez que o mesmo ativo biológico pode enquadrar-se em mais do que um tipo de categoria, dependendo da sua função, impondo assim uma diferenciação comparativamente aos demais ativos refletidos pelo SNC, atribuindo as suas particularidades do seu ciclo produtivo, como a sazonalidade, fatores climáticos e a terra como fator participante na produção resultados de uma maior dificuldade no seu tratamento contabilístico (Lima e Pereira, 2011).

A relação entre a área da contabilidade e o sector agrícola tem vindo a sofrer alterações no decorrer dos anos, influenciada por diversas áreas e pressupostos, sendo que o presente resultado resulta da interligação de diferentes origens, nomeadamente da

história da epigrafia, da história do capitalismo, da história da ciência, da história do governo e da história dos negócios. Ainda que pareça incomum admitir a importância da agricultura como um ambiente propício para o desenvolvimento e estudo da contabilidade, as técnicas e intervenções na mesma aplicadas tem sido testada, reformuladas e criticadas de modo a satisfazer todos os agentes condicionados pela mesma (Giraudeau, 2017).

2.3 Justo Valor e Modelo do Custo na Mensuração de Ativos Biológicos

A atribuição do valor a um ativo, isto é, a sua mensuração, desempenha um papel fundamental na vida financeira das sociedades, influenciando a sua valorização e posição em respetivos mercados. Deste modo, a correta valorização de ativos torna-se num aspeto materialmente relevante aquando da análise das demonstrações financeiras por parte de diversos agentes externos, como investidores, órgãos de fiscalização, reguladores e financiadores, uma vez que uma correta mensuração traduz um maior nível de confiança por parte das empresas (Francis & Schipper, 1999; Binz & Graham, 2022). Os argumentos a favor da sua aplicação envolvem também um maior grau de relevância na análise das demonstrações financeiras no momento de tomada de decisões pelos seus utilizadores, ao nível de reavaliações de ativos, o justo valor mostra-se mais prático e fiável na transposição da informação para um valor mensurável (Aboody et al., 1999; Neilson, 2022). Em 2005, aquando da obrigatoriedade da aplicação das normas de contabilidade desenvolvidas pelo IASB, estudos iniciais sobre a sua influência e aplicabilidade entendiam a utilização do justo valor como uma melhoria na transparência, comparabilidade e disposição temporal das informações contabilísticas (Schipper, 2005; Kohler, 2021).

A utilização do justo valor como medida de mensuração para a generalidade dos ativos tem vindo a ser aplicada ao longo dos anos pelo IASB, visando o organismo assim a redução e possível desuso por parte do custo histórico, justificando que o justo valor possibilita um maior nível de credibilidade e relevância às informações contidas nas demonstrações financeiras, refletindo assim uma com maior fiabilidade a realidade das empresas (Barth, 2006; Young, 2021). A sua preferência pela mensuração por justo valor, tem sido justificada pelo IASB, uma vez que este procura valorizar mais a relevância da informação contabilística do que a sua fiabilidade (Christensen & Nikolaev, 2013; Zhang

& Zhang, 2020). No entanto, a facilidade e relevância da sua aplicação são condicionados pela envolvente económica e financeira em que a empresa esta inserida. Uma vez que, a sua utilização em tempos de crise poderá resultar num fraco grau de confiabilidade, volatilidade nas demonstrações financeiras derivado de variações de mercado, e pode originar efeitos de contágio (Leuz & Laux, 2009; Hodder & Sheneman, 2022). À parte dos elementos externos, a utilização do justo valor também encontra-se numa posição debatida pelos agentes internos, uma vez que pode ser objeto de manipulação pelas empresas de modo a alterar os seus resultados com fins de benefício fiscal ou maior acessibilidade de financiamentos, demonstrando assim a sua falta de fiabilidade e confiança derivada por processos ao nível da gestão (Ronen, 2008).

Particularizando a mensuração pelo justo valor nos ativos biológicos, o organismo regulador (IASB) à data da sua redação, entendeu que este método de valorização iria proporcionar uma informação de melhor qualidade a respeito do desempenho da entidade agropecuária do que aquela que poderia ser obtida pela utilização de custos históricos. Estudos conduzidos em economias emergentes, que visam a viabilidade da aplicação do justo valor a partir da introdução das normas estabelecidas pelo IASB, neste caso a China, concluem que a mensuração por valor justo proporciona informação mais relevante e fiável a respeito da situação económica das empresas (Peng & Bewley, 2010; Fang *et al.*, 2022). Concretamente no âmbito do sector agrícola, foi desenvolvido um estudo em que duas empresas agrícolas espanholas foram comparadas com base na aplicação do justo valor e do modelo do custo histórico ao nível da sua mensuração de ativos biológicos, resultando numa estabilidade dos lucros e no valor dos ativos, evidenciando assim que a mensuração ao justo valor de ativos biológicos não iria causar volatilidade nas demonstrações financeiras (Argiles *et al.*, 2009).

Contrapondo a utilização do justo valor na mensuração de ativos biológicos, numa análise detalhada das especificidades introduzidas pela IAS 41, Elad (2004), afirma que a mesma assume o pressuposto redundante que o justo valor pode ser determinado para todos os ativos biológicos, referindo posteriormente que antes da utilização da IAS 41, tradicionalmente, os ativos biológicos eram mensurados com base no seu custo histórico ou custo de formação. Adicionalmente, sépticos á utilização do justo valor apontam a assimetria de informações juntamente com a possibilidade de manipulação de resultados à volatilidade dos lucros (Watts, 2003; Glover & Xue, 2022).

Vista como uma suposição, a existência de mercado ativo estabelecido pela IAS 41 e consequentemente, a sua contraparte portuguesa, NCRF 17, pode condicionar a

mensuração dos ativos biológicos, uma vez que ao existirem imperfeições nos mercados, existe o risco de volatilidade de valores, assim uma mudança total para uma mensuração baseada no justo valor pode levantar consequências ao nível financeiros e económico (Plantin & Sapra, 2008; Mahieux *et al.*, 2023). Deste modo, a base de mensuração de ativos biológicos descrita na IAS 41 e na NCRF 17, é considerada como prejudicial, visto que ambas as normas abrangem uma larga variedade de como o mesmo pode ser determinado, por via financeira, quantitativa, ou até por transformação biológica, sendo materialmente impossível os pressupostos estarem expostos nas demonstrações financeiras, afirmando assim que a fiabilidade da rubrica encontra-se dependente da qualidade da informação externa de mercado (Medeiros, 2010).

Previamente mencionado e debatida como metodologia alternativa de mensuração de ativos biológicos, o custo histórico mostra-se mais preciso e vantajoso no critério de fiabilidade comparativamente ao justo valor (Herrmann *et al.*, 2006; Maroun & Van Zijl, 2022). Anterior à implementação da IAS 41, os ativos biológicos já eram reconhecidos e mensurados pelo método do custo (Huffman, 2018; Botosan, 2019). Comparativamente, ambos os métodos de valorização e reconhecimento são estudados por Watts (2003), onde o autor destaca a superioridade do custo histórico com base nas desvantagens significativas do justo valor, nomeadamente a sua subjetividade que leva a uma maior manipulação devido às incoerências nos mercados. Outro ponto a favor da utilização do custo histórico incide numa maior facilidade em detetar e prevenir investimentos prejudiciais, impedindo assim a sua realização, resultando numa maior volatilidade a prazo e numa melhoria da eficiência, para serem executados em momentos posteriores, aumentando assim os lucros (Bleck & Liu, 2007; Chang *et al.*, 2021). A tomada de decisão proveniente de demonstrações financeiras resultantes da aplicação de ambas as metodologias têm vindo a ser estudada e recentemente, perante a análise de um modelo que contempla a tomada de decisão baseada na mensuração de ativos não financeiros mostrou que as empresas conseguem coordenar melhor os seus preços aquando da utilização do método do justo valor dos seus ativos. No entanto, a sua utilização pressupõe preços mais altos, maior produção e acumulação de produtos em inventário, juntamente com maior expectativa de lucros (Reis & Stocken, 2007; Kepler, 2021). Na mesma análise, foi possível demonstrar que em cenários de incerteza de apuramentos de custos, a utilização do justo valor em relação ao custo histórico, resulta em imprecisões ao nível dos inventários das empresas. Os autores refutam que de modo que os contabilistas

consigam determinar o justo valor em cenários de incerteza e em mercados competitivos, tem de possuir um conhecimento profundo do tipo de mercado em que as mesmas atuam.

Em termos literários, pouca é a pesquisa conduzida relativamente aos efeitos da valorização e mensuração de ativos biológicos com base nos dois modelos apresentados, juntamente com os seus efeitos nas demonstrações financeiras e indicadores de performance (Gonçalves et al., 2017).

3. O sector agrícola em Portugal

A definição e caracterização do meio em que a empresa atua providência uma maior compreensão dos seus processos, estratégias e objetivos. Como tal, serão apresentados um conjunto de dados estatísticos que traduzem a evolução, relevância e diversidades no sector agrícola. Devido à intervenção de organismos externos na regularização do sector, também se mostra pertinente explorar algumas das suas funções que influenciem diretamente a atividade da empresa. Adicionalmente, com a finalidade de tornar a nomenclatura a adotar no decorrer do trabalho mais compreensível, serão apresentados conceitos característicos da atividade agrícola.

3.1 – Dados Estatísticos

Nos últimos anos, o território nacional tem vindo a sofrer transformações ao nível das suas explorações agrícolas, adaptando as culturas a investir em prole das necessidades internas e externas. De Norte a Sul, é de realçar a significância que este sector representa tanto para a economia como para o desenvolvimento de Portugal, uma vez que, uma grande parte do nosso território encontra-se destinado à sua implementação, mais concretamente e segundo dados recentes, em 2019 cerca de 43% da superfície de Portugal corresponde à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), evidenciando uma evolução positiva da SAU em aproximadamente 6% em relação a 2007.

O quadro 3.1 demonstra a evolução da Superfície Agrícola Utilizada, entre 2007 e 2019.

Quadro 3.1 - Superfície agrícola utilizada na superfície total do país (%)

Anos	SAU na superfície total do país
2007	37,7
2009	39,8
2013	39,5
2016	39,5
2019	43,0

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

Ao analisarmos os dados mais recentes disponíveis, podemos evidenciar um nível de crescimento e transformação que o sector tem sofrido para se tornar competitivo, mais sustentável e dinâmico para o cenário nacional. Um dos exemplos abrange o volume de investimento que foi realizado ao longo dos últimos 5 anos em função da riqueza que o mesmo gerou para o país, sendo expressivo a sua evolução desde 2018 com um investimento a rondar os 7.800 milhões de euros, até ao ano de 2022 com uma previsão de aproximadamente 10.300 milhões de euros em todo o território nacional.

O quadro 3.2 evidencia o valor acrescentado bruto em relação com o volume de investimento no ramo agrícola, entre 2018 e 2022.

Quadro 3.2 - Valor acrescentado bruto da agricultura em milhões de euros

Anos	Valor acrescentado bruto		
	Valor acrescentado bruto	Produção do ramo agrícola	Consumo intermédio
2018	3 008,2	7 833,5	4 825,3
2019	3 312,9	8 304,6	4 991,8
2020	3 305,1	8 403,5	5 098,4
2021	Pro 3 558,0	Pro 9 632,9	Pro 6 074,9
2022	Pre 3 175,6	Pre 10 386,6	Pre 7 211,0

Fonte: PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo

Os altos níveis de investimento resultam, consequentemente, num maior número de explorações agrícolas, sejam elas de pequena, média ou grande dimensão. Pelo que, com base no “Recenseamento Geral da Agricultura” conduzido em 2020, constatou-se que a evolução do número de explorações agrícolas acompanhava o crescimento da SAU, perfazendo aproximadamente em 2019, um total de 286 mil explorações agrícolas.

A partir do quadro 3.3, podemos acompanhar o incremento do número das explorações agrícolas, acompanhado da área total de SAU, entre 2007 e 2019.

Quadro 3.3 - Explorações agrícolas em número e superfície agrícola utilizada em hectares

Anos	Explorações agrícolas	Superfície agrícola utilizada
	Total (Nº)	Total (ha)
2007	274 194	3 472 939
2009	303 867	3 668 145
2013	263 576	3 641 592
2016	257 736	3 641 691
2019	286 191	3 963 945

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

Para a devida caracterização do sector, é relevante a exposição e dimensão da tipologia de natureza jurídica dos diferentes intervenientes que. O Recenseamento Geral da Agricultura aborda a matéria evidenciando que a maioria das explorações são de desenvolvidas por produtores singulares, sendo que estes englobam o produtor autónomo e o produtor empresário, representado aproximadamente, em 2019, um conjunto de 274 mil explorações. No entanto, é de notar que o número de sociedades, isto é, entidades coletivas como sociedades e cooperativas tem vindo a aumentar nos últimos anos, presentes na exploração agrícola, têm vindo a aumentar, representando em 2019, aproximadamente 14 mil explorações.

O quadro 3.4 traduz a forma jurídica presentes nas explorações agrícolas, entre 2007 e 2019.

Quadro 3.4 - Explorações agrícolas: total por principais formas jurídicas

Anos	Forma jurídica	
	Produtores agrícolas singulares	Sociedades
2007	268 566	5 057
2009	297 381	6 776
2013	253 493	9 968
2016	246 149	11 397
2019	274 248	14 604

Fonte: INE - Recenseamento Geral da Agricultura | Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas

Na abordagem do empreendimento desenvolvido numa exploração agrícola, o sector pode ser dividido em duas vertentes – animal e culturas. Para o interesse deste projeto, e dadas as características da empresa a abordar, iremos destacar a vertente em

que a mesma atua, nomeadamente, as culturas, juntamente com dados característicos do seu tipo de produção no cenário nacional.

Primeiramente, no cenário macroeconómico nacional, o aumento gradual do número de explorações agrícolas associado à elevada expansão da dimensão da área agrícola útil evidenciada nos últimos anos, irá resultar num maior nível produtivo e em maiores áreas de cultivo, sendo espectável que, por consequência do efeito das economias de escala, certo tipos de culturas sejam preferíveis às demais, derivado dos fatores de produção, nomeadamente, acesso à água, resistência a pragas, custo de fitofármacos, entre outros.

Segundo o INE – Instituto Nacional de Estatística, de acordo com as “Estatísticas da Produção Vegetal”, no final de 2021, entre as culturas de cereais, citrinos, vinha e olival, os seus níveis de produção foram superiores face ao ano de 2020, sendo que o maior destaque vai para o olival que, aproximadamente resultou numa produção na ordem de 1 milhão e 375 mil toneladas da azeitona. Em relação a 2021, as culturas evidenciadas no quadro 3.5, apresentam um crescimento em toneladas comparativamente a 2020.

O quadro 3.5 apresenta quadro das maiores culturas em território português e a sua produção em toneladas, entre 2017 e 2021.

Quadro 3.5 - Produção das principais culturas agrícolas

Anos	Principais culturas agrícolas			
	Cereais para grão	Citrinos	Vinha	Olival
2017	1 125 906	374 413	Pro 896 089	876 215
2018	1 103 370	398 825	802 082	(R) 750 027
2019	1 151 289	412 057	864 848	(R) 939 066
2020	1 044 002	422 929	853 384	(R) 735 347
2021	1 117 578	434 271	Pro 977 664	1 375 753

Fonte: INE - Estatísticas da Produção Vegetal

O INE ainda faz referência, segundo as “Estatísticas da Produção Vegetal”, a um conjunto de dados que extrapola os hectares de árvores de fruto e oliveiras em território nacional, no qual, em qualquer período desde 2017 a 2021 é possível evidenciar o domínio da cultura de oliveiras comparativamente a restantes culturas como amendoeiras, laranjeiras e macieiras. Tendo o ano de 2021 como referência, é significativa a diferença

entre os hectares de oliveiras, sendo aproximadamente 380 mil hectares, com as restantes árvores de fruto.

O quadro 3.6 expõe os hectares plantados de amendoeiras, laranjeiras, macieiras e oliveiras, e a sua evolução entre 2017 e 2021.

Quadro 3.6 - Superfície das principais árvores de fruto e oliveiras

Anos	Principais árvores de fruto e oliveiras			
	Amendoeiras	Laranjeiras	Macieiras	Oliveiras
2017	33 396	16 977	13 851	363 967
2018	38 675	17 468	13 612	366 227
2019	49 345	17 129	14 311	378 364
2020	52 344	17 221	14 313	(R) 380 852
2021	58 404	17 252	13 919	380 412

Fonte: INE - Estatísticas da Produção Vegetal

Dada a natureza do projeto desenvolvido, bem como, o propósito geral definido pela empresa, a cultura da azeitona terá uma abordagem mais detalhada por parte do investigador. Aprofundando nos seus níveis de produção e regionalidade, o INE ao realizar o seu Inquérito Anual à Produção de Azeite, no ano de 2021, relatou o maior nível de produção de azeitona dos últimos 5 anos. Neste, podemos constatar que no período 2017 a 2020, a produção nunca tinha ultrapassado um volume de 1 milhão de toneladas, contrariamente, em 2021, o volume produzido ultrapassa esse valor em aproximadamente 1 milhão e 300 mil toneladas.

O quadro 3.7 apresenta, em toneladas, a produção de azeitona em todo o território nacional, e a sua constante evolução de 2017 a 2021.

Quadro 3.7 - Produção de azeitona território nacional

Anos	Produção de azeitona
2017	858 413
2018	725 368
2019	(R) 916 725
2020	715 176
2021	1 350 238

Fonte: INE - Inquérito anual à produção de azeite

Analisar a proveniência do produto também se mostra relevante, uma vez que, existem regiões onde, derivado de motivos culturais, geográficos e geracionais, a cultura da azeitona é mais abundante.

Segundo o INE, relatado no seu Inquérito Anual à Produção de Azeite, no ano de 2021, que as três regiões agrárias com maior significância na produção de azeitona englobam o Alentejo, Trás-os-Montes e Ribatejo e Oeste. Entre estas, a região do Alentejo destaca-se das restantes relativamente ao volume de azeitona produzida, aproximadamente 1 milhão e 76 mil toneladas, comparativamente com as restantes regiões. Consequentemente, maioria da azeitona produzida encontra-se na região do Alentejo, uma vez que a totalidade da produção nacional em 2021 atingiu aproximadamente 1 milhão e 300 mil toneladas e a região alentejana representou proximamente 1 milhão e 76 mil toneladas.

O quadro 3.8 evidencia o volume de produção de azeitona, expresso em toneladas por região agrária, em 2021.

Quadro 3.8 - Produção de azeitona por Região agrária

Local de proveniência da azeitona (Região agrária)	Produção de azeitona por Região agrária
	Período de referência dos dados
	2021
Portugal	1350238
Entre Douro e Minho	3976
Trás-os-Montes	113727
Beira Litoral	32745
Beira Interior	48593
Ribatejo e Oeste	66474
Alentejo	1076679
Algarve	8045
Açores	0
Madeira	0

Fonte: INE - Inquérito anual à produção de azeite

3.2 – Organismos Participantes

A dinâmica da atividade agrícola em Portugal é condicionada por diversos agentes externos que possuem um papel relevante na gestão das empresas de sector, concretamente ao nível de financiamentos, referencias de preços de mercado e no licenciamento das mesmas.

Em Portugal, a Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) é o organismo governamental responsável pela execução de medidas com vista ao desenvolvimento rural ao longo de todo o território, bem como, o licenciamento de explorações pecuárias e agrícolas.

O Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA), apresenta-se como uma referência global para todos os empresários do sector, uma vez que o mesmo disponibiliza informações atualizadas referentes a cotações e preços de produtos comercializados nos mercados agrícolas, e ainda, fornece informação quantitativa e qualitativa com vista ao escoamento dos produtos. O SIMA apresenta-se como um instrumento de referência de mercado, sendo assim determinante para este projeto, uma vez que as suas bases de preços e cotações perfazem todas as condições apresentadas pela NCRF 17 (§9), quando esta define o conceito de mercado ativo.

Criado através do Decreto-Lei n.º 87/2007, o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), tem como função principal a gestão, validação e processamento dos pagamentos dos subsídios de origem nacional e europeia, com a finalidade de aumentar o nível de desenvolvimento do sector e competitividade nos mercados nacionais e internacionais. A atribuição de subsídios governamentais esta contemplada na NCRF 17, sendo que os mesmos apenas devem ser reconhecidos quando os critérios da sua atribuição são cumpridos, e o mesmo é recebido. Estes podem impactar diretamente a mensuração e o tratamento contabilístico dos ativos biológicos, assim como descritos nos parágrafos 35 a 39 da norma (Anexo A).

Nos últimos parágrafos apresentados (§38 e §39) é importante referir que a introdução da NCRF 22 – Subsídios, tratam do processo de mensuração que será aplicado no processo deste projeto, uma vez que será utilizado o método do custo para mensurar os ativos biológicos retratados.

4. Metodologia

No presente projeto em empresa, inicialmente foi realizada uma pesquisa e revisão da literatura relativa a artigos científicos adotando os métodos bibliográfico e documental. Foram analisados artigos que exploram formulação de preços derivado da seleção de custos e a importância que estes apresentam para a estabilidade financeira das empresas. Abordando mais concretamente a temática do projeto, foram analisados artigos científicos que retratam os temas da mensuração, reconhecimento e divulgação de ativos biológicos, bem como, práticas contabilísticas no sector agrícola, mais concretamente a IAS 41 e a NCRF 17. De modo a concluir este primeiro ponto, foi realizado uma análise de diversos artigos científicos que visam a demonstrar as diferenças entre a utilização do justo valor e o método de custo na mensuração de ativos, mais concretamente ativos biológicos, juntamente, com as consequências e efeitos produzidos nas demonstrações financeiras derivados de cada tipo de mensuração.

Numa segunda fase, de modo a demonstrar as especificidades deste sector, foi realizada uma breve exposição, recorrendo também para tal, os métodos bibliográfico e documental. Contrariamente ao ponto inicial, os recursos utilizados diferem de artigos científicos anteriormente analisados, mas sim, de uma análise de dados estatísticos a nível nacional, bem como, da caracterização de entidades que atuam diretamente do sector e de uma breve exposição de conceitos específicos do próprio sector agrícola.

Devido à tipologia deste projeto, isto é, a resolução de um problema de uma empresa verídica, sendo este a determinação do custo unitário da azeitona colhida no período de 2022, o mesmo enquadra-se num estudo de caso experimental, assim, os métodos a aplicar serão de matéria qualitativa. Deste modo, os procedimentos seguidos e desenvolvidos na fase seguinte, irão envolver a análise de documentos contabilísticos referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022, juntamente com entrevistas conduzidas a intervenientes relevantes na empresa, bem como, a realização de um *focus group*.

Devido à proximidade do investigador com membros da empresa referenciada, a aquisição de qualquer documento, entrevista e informação necessária para a realização da proposta será imediatamente disponibilizada, bem como, qualquer visita às instalações por parte do investigador, será auxiliada com os respetivos membros, garantindo assim a qualidade ao longo da investigação. Com vista a assegurar a veracidade ao longo da investigação, todos os documentos requisitados encontrar-se-ão inalteráveis, assim impedindo distorções da própria informação.

O recurso a entrevistas tem o objetivo de recolher informações que não se encontram representadas na contabilidade, juntamente, tem vista a compreender processos ao nível da gestão e das operações desempenhadas no desenvolvimento do olival. As entrevistas apresentadas irão possuir um carácter individual, na medida em que serão sempre entre o investigador e o elemento selecionado presencialmente, exposto questões relacionadas com a posição e função que este desempenha com foco no objetivo do projeto, nomeadamente, o desenvolvimento do olival. Estas poderão ocorrer tanto no escritório de contabilidade, como na propriedade onde se encontra a exploração agrícola.

Os entrevistados apresentam uma composição significativa para a recolha de informação necessária para a elaboração da solução, sendo estes: o gestor responsável da empresa (Anexo B); o responsável da exploração agrícola (Anexo C); e a contabilista certificada encarregue dos deveres e obrigações contabilísticas e fiscais da empresa (Anexo D). Todos estes representam diferentes vertentes na composição da empresa, providenciando perspetivas distintas referentes ao investimento realizado, sendo o gestor da empresa responsável pela elaboração do plano financeiro da empresa e controlo interno, o responsável da empresa compreende um elemento formado em engenharia agroalimentar com experiência em explorações agrícolas como o caso do olival, por fim, a contabilista certificada desempenha funções há mais de 20 anos com a mesma empresa, conhecendo detalhadamente a sua estrutura de custos.

Posteriormente, após cada entrevista realizada, será conduzida a sessão de *focus group* com todos os elementos. Esta tem como objetivo apresentar as questões colocadas previamente nas entrevistas individuais de modo a obtermos outras respostas ou, de modo a confirmar o que já tinha sido relatado por cada elemento. Ainda que a sessão de *focus group* compreenda questões similares para todos, existe a necessidade de gerar discussão entre todos os membros entrevistados de modo a gerar novas e melhores respostas, confirmando assim as informações requisitadas. Tanto nas entrevistas individuais como na sessão conjunta, serão colocadas questões que visam a compreensão do sistema de controlo interno da empresa, a mensuração contabilística dos custos na contabilidade, a determinação pelo justo valor utilizada pela empresa, e a compreensão técnica do desenvolvimento do olival.

A análise dos elementos contabilísticos fornecidos por parte da contabilista desempenham um papel meramente quantitativo, uma vez que a solução a encontrar terá de apontar para um valor que traduza o custo por quilo ou tonelada de azeitona, assim, é necessário o acesso pleno aos registos contabilísticos de modo a selecionar e agregar

custos referentes à produção e desenvolvimento do olival. Os documentos fornecidos somente serão alvo de alteração sempre que o nome real da empresa estiver presente, modificando o nome autêntico para um fictício.

Com ambos os métodos a utilizar será possível estabelecer a ligação entre os custos incorridos pela empresa especificamente no olival, separando os seus momentos e importâncias, sendo possível mensurar o valor da azeitona recolhida pelos seus custos e, consequentemente, o ativo biológico, apresentando uma proposta de solução para o problema colocado.

Perante toda a exposição de informações disponibilizados pela entidade, bem como, a sua disponibilidade relativamente a este projeto, esta por sua vez, exige o anonimato por si e por parte de todos os seus responsáveis, pelo qual, será estabelecido um acordo de anonimato com a empresa, juntamente, em relação às questões, os elementos pedem que não seja gravado nenhum tipo de áudio e que apenas sejam registadas as questões colocadas.

5. Projeto em empresa - Uma empresa centenária

Constituída no início da década de noventa e inserida num município alentejano, a SAGSC, Lda. conta com duas grandes propriedades com um histórico centenário de atividade agrícola, do qual, predominaram as culturas de sequeiro bem como a exploração de ovinos. A partir das duas propriedades, a empresa dispõe cerca de 700 hectares plantáveis e adaptáveis tanto para explorações pecuárias como de culturas de regadio. À data da sua criação, o sector agrícola enfrentava grandes transformações, nomeadamente derivada de diretrizes europeias que visavam a introduzir medidas capazes de melhorar a capacidade competitiva das empresas do sector. Assim, no final da década de noventa, as atividades desenvolvidas pela empresa sofreram alterações de modo a aumentarem a sua capacidade competitiva, resultando, na introdução de culturas de regadio como o olival e a vinha.

Devido ao alargamento do perímetro de atuação do sistema de rega da Barragem do Alqueva no início de 2010, a SAGSC, Lda. consolidou os seus investimentos nas áreas do regadio, originando um maior nível de produção das suas culturas.

Atualmente, a empresa apresenta cerca de 360 hectares de olival intensivo plantado, 200 hectares de cereais, 40 hectares de vinha, e os restantes estão alocados tanto à exploração de gado bovino e montado de azinho, todas estas atividades estão dispersas pelas duas propriedades, sendo que uma delas apresenta exclusivamente 160 hectares de olival de tipologia super intensiva⁵.

No contexto em que a empresa se encontra inserida, a mesma procura continuamente melhorar a sua performance financeira e notoriedade, introduzindo métodos de controlo interno derivados da contabilidade, bem como, um constante investimento na aplicação de nova tecnologia ao nível de equipamentos de modo aumentar a sua eficiência e competitividade.

5.1 Projeto em empresa - Determinação do custo da azeitona

O desenvolvimento deste projeto foi conduzido em duas vertentes, sendo que os trabalhos a realizar foram conduzidos no escritório de contabilidade responsável pela contabilidade da empresa, e na exploração agrícola.

⁵ Termo técnico utilizado na área agrícola, compreende uma exploração em massa com o objetivo único de um maior nível produtivo e de maior rentabilidade por hectare produzido.

A proposta deste estudo de caso começou por uma questão colocada por parte do gestor da empresa, na qual, era altamente relevante a determinação do custo de produção de um quilo de azeitona. A questão apresentada poderia ser facilmente resolvida, uma vez que, a valorização da azeitona recolhida encontrava-se indexada ao valor de mercado fornecido pelo SIMA, no entanto, o gestor necessitava saber o custo exato, não um valor baseado nas cotações de mercado. Essa mesma necessidade foi justificada pelo facto do crescente aumento nas matérias-primas tais como adubos e herbicidas, e devido ao aumento generalizado da água para a irrigação das culturas, uma vez que, todos esses fatores de produção sofreram grandes oscilações de preços com a crescente inflacionista no início do ano de 2022. Outro argumento apresentado recai na falta de uma maior especificação do valor de mercado para a zona onde se encontra inserida a exploração agrícola, sendo que, de acordo com o SIMA, a região alentejana não se encontra separada, o que traduz numa insuficiência para diversos intervenientes que possuam explorações em determinadas localizações.

Ambas os contextos apresentados pelo gestor expressam a relevância para a implementação de meios alternativos no que toca à seleção e determinação de custos que levam a um apuramento preciso do valor de produção da azeitona e do olival em questão. Adicionalmente, as valorimetrias de ambos impactuam diretamente os documentos contabilísticos, tais como o Balanço e a Demonstração de Resultados, modificando assim o valor da empresa e os seus resultados anuais, atribuindo uma relevância significativa ao nível fiscal e financeiro da empresa.

5.2 Projeto em empresa - Sistema Interno da SAGSC, Lda.

No desenvolvimento da sua atividade agrícola, a SAGSC, Lda. depende maioritariamente de três intervenientes determinantes para desempenhar papéis cruciais em determinadas áreas, sendo eles, o gestor, o responsável da exploração, e a contabilista certificada. De modo a compreender como as operações tanto no terreno (exploração agrícola) como na parte de gestão e contabilística (sede da empresa e escritório de contabilidade), é importante conhecer como ambos as diferentes áreas interagem entre si.

O sistema de controlo interno da empresa detalha como as operações são conduzidas e contabilizadas por ambas as partes, sendo que, o gestor responsável elabora os planos financeiros e operacionais, tais como o tipo de olival a implementar e como este será financiado e desenvolvido. Numa primeira abordagem fornecida pelo gestor, é

retratado que qualquer projeto desenvolvido que incorra em períodos de 3 anos, como é o caso, diverge dos restantes, uma vez que, é imperativo que nada falhe ao nível financeiro e operacional de modo a concretizar o investimento, reforçando que, a ligação entre as operações em campo e as tarefas desempenhadas pela contabilidade tem de estar interligadas de um modo singular. Neste contexto, o gestor desempenha duas funções principais: 1) gestor financeiro, uma vez que está encarregue do nível de investimento a aplicar na exploração; 2) o elemento de ligação entre os trabalhos na exploração e a contabilidade.

No nível intermédio, com maior presença nas atividades operacionais no terreno, esta presente a figura do responsável pela exploração, que é desempenhada por um engenheiro agrónomo, especialista na cultura do olival. Por sua vez, este apresenta um papel ativo nas diversas operações que ocorrem em todas as explorações agrícolas que a empresa desenvolve, tendo funções de monitorização e controlo das mais variáveis diversidades que podem ocorrer num primeiro instante em toda a produção. Como tal, o seu objetivo principal reside no acompanhamento e tratamento de qualquer cultura, apresentando assim um papel relevante, portanto no cenário agrícola como no cenário da gestão de custos. De modo a desempenhar as suas funções de um modo mais autónomo, com base no que o gestor da empresa relatou na sua entrevista, o responsável da exploração possui a autonomia de realizar qualquer ordem de compra para o olival a desenvolver, fazendo com que os prazos do investimento sejam cumpridos. Assim, foi delimitado que este interveniente detém a capacidade de determinar uma grande variedade de custos derivados de produtos agrícolas que serão relevantes na formação do valor do ativo biológico e do seu produto agrícola.

No nível final do sistema de controlo interno da SAGSC, Lda., encontramos a figura da Contabilista Certificada responsável pelos deveres contabilísticos e fiscais da sociedade, além de esta estabelecer, juntamente com o gestor da empresa, certas políticas de mensuração e reconhecimento de alguns dos seus ativos. Esta figura encontra-se na fase final do sistema de controlo interno visto que, as atividades desenvolvidas não passam diretamente pelas suas ações, mas sim, após serem desempenhadas e implementadas, a Contabilista Certificada realiza e regista todos os custos ocorridos do investimento posteriormente realizado. Embora o seu papel seja independente das decisões tomadas ao nível da gestão, o gestor da empresa recorre aos diversos documentos produzidos pela mesma de modo a realizar uma gestão financeira mais eficiente. No *focus group* conduzido entre todos os elementos previamente descritos, foi possível definir que

o órgão de gestão apenas recorria à informação contabilística uma vez que o ano fiscal tenha acabado.

A relevância de cada um dos indivíduos apresenta para a elaboração deste projeto, uma fonte de informação representativa de cada nível hierárquico da empresa, expondo assim as diversas práticas adotadas na implementação do investimento realizado no Olival, juntamente com os dados fornecidos pela contabilidade, será possível compreender e separar os custos incorridos nesta exploração das demais que a empresa desenvolve.

5.3 Projeto em empresa – Método de mensuração utilizado pela empresa

A SAGSC, Lda. desde o início da sua atividade económica que subcontrata uma empresa de contabilidade para realizar os seus deveres de natureza contabilística e fiscal. Na entrevista individual realizada à contabilista certificada responsável pelas obrigações da empresa, foi aferida a metodologia utilizada pela própria nos momentos de reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos biológicos. Devido ao enquadramento local e contabilístico em que a empresa se encontra, a mesma dispõe de contabilidade organizada e segue Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, assim foi-nos fornecida a informação que todos os ativos biológicos eram mensurados ao justo valor. As informações de mercado para a utilização desse mesmo justo valor derivam das tabelas disponibilizadas pelo SIMA, uma vez que, de acordo com a contabilista, foram selecionadas pelo gestor da empresa devido a sua facilidade de obtenção e análise, e pelo facto de serem geralmente utilizadas neste tipo de negócio. No momento da entrevista com o gestor, o mesmo ainda alegou que os dados fornecidos pelo SIMA são derivados diretamente de base de dados do próprio Ministério da Agricultura.

No momento do início do projeto, a contabilista ao ser informada pelo gestor da empresa, começou uma separação de custos específicos desse mesmo investimento, em relação aos demais, uma vez que, assim similaridade de despesas a realizar por parte da empresa neste tipo de exploração agrícola era elevada face às restantes culturas que já estavam a ser exploradas. Nesse mesmo momento, é-nos apresentada que a definição dos custos a selecionar para esse investimento são selecionados pelo gestor, deste modo, apenas as despesas que este considera serem materialmente relevantes é que são contabilizadas como um investimento em curso. Entre o período de 2020 e 2021, a

agregação de custos inerentes ao Olival em curso, foi contabilizada exclusivamente pela contabilista, auxiliada com a seleção dos mesmos por parte do gestor da empresa, até à sua conclusão que ocorreu a 31 de dezembro de 2021.

No início de 2022, mais concretamente, no mês de janeiro, por comunicação do gestor, foi concluído o olival, uma vez que o mesmo já apresentava azeitona, sendo assim decidido que o investimento já não se encontrava em curso, mas sim finalizado, resultando na sua transferência de um investimento em curso para um ativo biológico. No momento da sua conclusão, a contabilista com o auxílio do gestor, mensurou na contabilidade o Olival com base no justo valor, mais concretamente pelo valor de 546.741,96€ (Anexo E).

Relativamente ao produto agrícola em questão, a azeitona recolhida, apenas é contabilizada quando a contabilista começa a encerrar as contas da empresa para o exercício de 2022, uma vez que, os dados para a sua mensuração são exclusivamente apresentados em dezembro desse mesmo ano. Existem dois momentos determinantes para uma correta mensuração por parte da mesma, como discutido na sessão de *focus group* entre todos os intervenientes, foi relatado que apenas nesse período seria possível atribuir um valor a toda azeitona recolhida, visto que seriam necessários os dados referentes às toneladas recolhidas exclusivamente desse mesmo olival, juntamente com a informação de mercado fornecida pelo SIMA para o ano de 2022 (Anexo F). Com ambos estes fatores, será possível mensurar na contabilidade o valor da azeitona com base no valor de mercado. Em termos práticos, o encarregado pela exploração fornece ao gestor da empresa a informação referente às toneladas recolhidas de azeitona provenientes apenas desse olival, este por sua vez elabora um documento de controlo interno, onde estão presentes os diversos produtos agrícolas produzidos pela SAGSC, Lda., que é entregue à contabilista de modo que esta consiga realizar a mensuração de todos os produtos produzidos no ano (Anexo G).

Com a análise de alguns dos documentos contabilísticos referentes ao ano de 2022, nomeadamente do balancete analítico do mês de dezembro, foi de notar que não existia uma separação dos valores atribuídos a cada um dos produtos agrícolas produzidos nesse ano, existindo apenas uma rubrica que juntava todos os valores. Deste modo, o documento de controlo interno apresentado à contabilista possui uma grande relevância para que seja possível separar o valor da azeitona dos restantes produtos, ao qual apenas

cerca de 75%⁶ do valor registado na conta de Produtos Acabados e Intermédios, corresponde ao valor da azeitona em questão, com base na entrevista conduzida ao gestor da empresa.

Adicionalmente, podemos encontrar uma divergência nos valores relatados no documento produzido pelo gestor e o que se encontra na contabilidade⁷, ao qual a contabilista relatou que a diferença presente é resultado tanto de resíduos como de produto que não se encontravam em condições de ser comercializados, e que por decisão do gestor não deveriam ser contabilizados, justificando assim a divergência nos dois documentos.

5.4 Projeto em empresa - Desenvolvimento do Olival

Numa primeira abordagem ao gestor da empresa, é retratado o processo produtivo e transformacional inerente ao olival tratado. A importância da compreensão de como este ativo biológico é processado em termos operacionais explica como desde a sua formação até ao momento que origina o seu fruto é tratado nas mais diversas áreas, visto que, o investimento a ser realizado depende não só da componente agrícola como também, dos resultados produtivos esperados pela empresa. Juntamente com o gestor da empresa e o responsável da exploração, na sessão de *focus group*, foi explicado que a tipologia deste Olival era altamente tecnológica, uma vez que era destinado é que o mesmo atingisse uma fase de maturação num período de 2 anos. O propósito para tal seria explicado pela maior rentabilidade por hectare plantado, maior poupança dos recursos hídricos, no entanto, com maior nível de investimento em diversas etapas, tais como a sua formação e a sua manutenção.

Com o auxílio do responsável pela exploração foi possível destacar este olival dos demais que já se encontravam ativos por parte da empresa, referindo o mesmo, que contrariamente aos que já se encontravam a produzir azeitona, esta exploração apresentava uma estrutura de plantação “super intensiva”, com espécies de oliveira da raça “arbequina”⁸ geneticamente modificadas. Com esta combinação de fatores produtivos, este olival apenas se destina a produzir azeitona para a indústria do azeite,

⁶ Com base no Balancete Analítico à data de 31/12/2022, a conta 341 – “Produtos Acabados e Intermédios” registava um saldo de 515.046,45€, sendo que 75% corresponde à azeitona proveniente do olival, obtemos um total de 386.284,84€.

⁷ No documento de controlo encontramos o valor total de 386.400,00€, divergente do valor da contabilidade que registava apenas 386.284,84€.

⁸ Termo técnico atribuído à espécie de semente de oliveira.

diferentemente dos restantes hectares de olival já plantados que se reservavam exclusivamente para a produção de azeitona de conserva. Outro dado fornecido pelo responsável da exploração aquando da entrevista individual, diz respeito a rentabilidade produtiva desse mesmo tipo de olival, já que prevalecem 2 fatores determinantes face ao sistema tradicional, sendo estes o aumento exponencial de árvores por hectare, mais concretamente cerca de 1000 árvores por hectare comparativamente a 200 árvores por hectare que o sistema tradicional apresentava, e a aceleração do tempo de crescimento até ao momento do aparecimento do fruto.

Apesar das vantagens que este tipo de cultura permite em relação a sua parte tradicional, na entrevista conduzida apenas ao gestor da empresa, foram evidenciadas algumas peculiaridades deste tipo de olival. Devido ao facto de ser uma espécie mais avançada, este tipo de oliveiras apresenta um maior custo de aquisição e de manutenção, bem como, um risco mais elevado de se contaminar e deixar danificar por pragas e diversos parasitas, assim apresentava um maior custo em matéria de pesticidas e herbicidas que teriam de ser aplicados em doses superiores em relação às restantes culturas. O seu crescimento apenas era garantido, em grande parte, por causa da aplicação de adubos no momento da sua plantação, fazendo com que, desde o momento em que a semente encontra-se no solo é juntamente colocada com diversos fitofármacos que diminuem o ciclo produtivo da planta. Também é relatado pelo gestor da empresa, que a particularidade da cultura super intensiva resultar em mais árvores por hectare produzido, resulta num sistema específico para realizar o seu regadio, que além de ser constante a partir de um sistema gota a gota, tem uma estrutura diferenciada o que o faz substancialmente mais dispendioso relativamente a um sistema tradicional de rega. Deste modo, com informação dos benefícios e das desvantagens que esta cultura apresente para a empresa, podemos estipular que a tipologia de investimento ao ser realizado será quantitativamente e qualitativamente diferente dos demais que a mesma apresenta, pois não só estamos perante uma cultura com particularidades agrícolas diferentes, como também, de um conjunto de custos que diferenciam este olival dos restantes. Adicionalmente questionados pela disponibilidade de mão de obra a empregar neste tipo de olival, tanto o gestor como o responsável responderam que devido a sua composição pela área plantada, os processos de plantação e colheita teriam de ser obrigatoriamente realizados por meios de máquinas agrícolas especializadas, sendo estes serviços adquiridos por parte da empresa.

Com a informação que torna este investimento numa matéria diferente para a empresa, é importante conhecer os diferentes estágios em que será conduzida a elaboração do olival. Numa das visitas conduzidas à propriedade, com o acompanhamento conjunto por parte do gestor da empresa como do responsável pela exploração, foi detalhado o processo de transformação biológica⁹ presente neste projeto inovador.

Primeiramente, este tipo de cultura apresenta um estágio de formação referente a um período de dois anos, sendo que, é expectável por parte da empresa que no terceiro ano já exista produção para ser colhida. Neste primeiro momento, o investimento é mais elevado em relação aos restantes, como afirma o gestor, que por sua vez retrata que os hectares a plantar precisam de ser preparados, nivelados e mapeados com sistema de GPS de modo a ser possível colocar as sementes com as distâncias corretas. Além deste primeiro passo, o solo necessita de ser irrigado com fitofármacos que estimulem o crescimento de qualquer semente a ser colocada posteriormente, ainda que simultaneamente, um sistema de rega construído unicamente para os hectares a cultivar, seja instalado ao longo dos 160 hectares de olival. Outros custos também são relevantes no momento inicial, tais como a eletricidade e o seguro de plantação.

Com o passar do período de dois anos em que o olival se encontra em desenvolvimento, entramos numa etapa de manutenção e tratamento do mesmo, sendo que a mesma é determinante para que no final do ano seja possível uma colheita eficaz.

O responsável da exploração esclarece, na entrevista individual, as matérias-primas tais como adubos, pesticidas e herbicidas são determinantes na preservação das oliveiras, que devido à sua tipologia, preciso de um fluxo constante de fitofármacos para atingirem as suas metas produtivas. Assim, no terceiro ano do investimento é esperado um custo maior com este tipo de produtos, especificamente, como retrata o responsável, de recorrer a subcontratos de empresas especializadas na poda deste tipo de árvores, de modo que não retarde o seu crescimento.

O último momento do ciclo produtivo do olival, engloba a colheita do seu produto agrícola que, como foi explicado pelo gestor da empresa, abrange custos de tipologias diferentes das respetivas fases do ciclo uma vez que, o período relativo a este momento é bastante curto, normalmente trata-se de poucos dias a uma semana, em que toda azeitona

⁹ Transformação biológica: compreende os processos de crescimento natural, degeneração, produção e procriação que causem alterações qualitativas e quantitativas num ativo biológico. (NCRF 17, §6)

produzida tem de ser colhida, caso contrário, existe o risco elevado da mesma se deteriorar, impossibilitando a sua comercialização. Na sessão de *focus group* conduzida com todos os elementos, foi de notar que todos afirmaram que esse estágio trata de um número inferior de custos a aplicar, no entanto, mais elevados.

Com a recolha de informação dos diferentes momentos determinantes para a implementação operacional deste investimento, foi questionado à contabilista certificada a existência de subsídios referentes a este projeto, ao qual a mesma identificou que no decorrer dos 2 anos de formação do olival teria sido atribuído à empresa por parte do IFAP, subsídios à exploração e não qualquer tipo de subsídio ao investimento, devido ao facto, com o projeto não teria sido aprovado pelo mesmo organismo.

A relevância deste ponto terá influência na formação do custo unitário da azeitona produzida, uma vez que, os subsídios à exploração de carácter não reembolsável¹⁰ atribuídos à empresa encontram-se condicionados por normas europeias que envolvem a produção e desenvolvimento de certos bens alimentares, tais como a azeitona para o fabrico de azeite.

5.5 Projeto em empresa – Seleção de Custos alocados ao Olival

O entendimento da estrutura de sistema interno ao nível da gestão levou a entender que existe uma dificuldade na seleção de custos por parte da contabilista no momento de mensuração, sendo esta, proveniente por parte do gestor que por sua vez, é o único elemento que determina quais os custos que devem ser alocados ao olival. Como retratado pelo responsável da exploração, os custos correntes, que englobam custos com produtos fitofármacos, adubos, serviços de poda, que são empregues numa base sistemática e constante na exploração, são maioritariamente adquiridos por este, sem controlo por parte do órgão de gestão da empresa. O engenheiro justifica esse facto na sessão de *focus group* com os restantes elementos, na qual afirma que desde o início do projeto, a gestão da empresa providenciou-lhe uma total autonomia para a aquisição de pequenos equipamentos, serviços e matérias-primas, com base na sua perícia na área, de modo que

¹⁰ Contrariamente aos subsídios abrangidos pela NCRF 17, onde se enquadram os subsídios ao investimento, os subsídios não reembolsáveis correspondem a apoios das entidades públicas em que existe um acordo individualizado da sua concessão a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos. (NCRF 22, §4)

as atividades operacionais fossem da sua exclusividade, com o objetivo de que estas não fossem interrompidas.

Para a realização de aquisições, o responsável precisa de emitir guias de compra e despesa que são entregues ao gestor no final de cada mês, no entanto, esses documentos apenas possuem um caráter informativo, uma vez que o engenheiro não necessita de autorização prévia. Com a análise deste processo de aquisições, é de notar um grau de preparação financeira pouco cuidada ao nível da seleção de fornecedores, não existindo um plano de compras e sendo estas realizadas com pouco controlo por parte do órgão de gestão.

Além do relatado, a contabilista afirma que as despesas incorridas pelo responsável da exploração não se encontram destacadas como sendo despesas do olival em curso, mas sim despesas genéricas, o que com base na mesma, ocorre devido ao facto de não existir um maior controlo ao nível das despesas por parte do gestor, visto que, na ótica deste elemento, não era possível a separação de documentos tais como faturas e faturas recibo que diziam respeito a matérias-primas e serviços não detalhados.

Devido à presença de outras explorações agrícolas que a empresa desenvolve, existe o risco de uma junção de custos similares, sendo que, explorações de vinha e outros olivais tais como a empresa detém, apresentam uma tipologia de custos altamente similar com o olival a desenvolver. Este fator por si, constitui uma dificuldade no momento de repartição de custos por parte da contabilista, visto que dos documentos entregues pelo gestor, não existia uma seleção mais rigorosa por cultura produzida. De modo a eliminar esse mesmo problema, a contabilista previamente ao momento de reconhecer os custos no programa informático de contabilidade, entra em contacto com o responsável da exploração que por sua vez, indica quais as despesas mensais referentes a cada uma das explorações agrícolas, o que resulta numa agregação eficiente de custos no momento de classificar e registar informaticamente.

No quadro 5.1, podemos encontrar os extratos da conta de compras, especificamente a conta 312 – “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” simultaneamente para os períodos de 2020 e 2021, que de acordo com o depoimento da contabilista, é onde se encontram registadas as compras de produtos a utilizar na elaboração de todas as explorações agrícolas. Com a sua análise, podemos facilmente reparar que as subcontas estabelecidas encontram-se devidamente identificadas, sendo que para o interesse deste projeto, apenas vamos focar na conta 3121111 – “Produtos P\ Culturas-Olival”.

Quadro 5.1 – Contas de compras relativas aos anos de 2020 e 2021

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2020

Data Contab. : 31-12-2020

Conta	Descrição	Mov. Débito	Valores em EUR Mov. Crédito
31	Compras	263 861,81	263 861,81
312	Matérias-primas, subsidiárias e de c	259 619,15	259 619,15
3121	Compras-matérias primas	258 262,89	258 262,89
31211	Compras-mat.prim.-mercado nacion	258 262,89	258 262,89
312111	Produtos P\ Culturas	257 598,59	257 598,59
3121111	Produtos P\ Culturas-Olival	207 859,15	207 859,15
3121112	Produtos P\ Culturas-Vinha	20 015,42	20 015,42
3121119	Produtos P\ Culturas	29 724,02	29 724,02

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2021

Data Contab. : 31-12-2021

Conta	Descrição	Mov. Débito	Valores em EUR Mov. Crédito
31	Compras	296 287,73	296 287,73
312	Matérias-primas,	291 072,62	291 072,62
3121	Compras-matérias primas	290 774,52	290 774,52
31211	Compras-mat.prim.-	240 931,16	240 931,16
312111	Produtos P\ Culturas	240 931,16	240 931,16
3121111	Produtos P\ Culturas-Olival	196 347,98	196 347,98
3121112	Produtos P\ Culturas-Vinha	3 405,00	3 405,00
3121113	Produtos P\ Culturas-Amendoal	3 552,00	3 552,00
3121119	Produtos P\ Culturas-outras	37 626,18	37 626,18

Fonte: Elaboração própria com recurso a balancetes analíticos disponibilizados pela contabilista

Comparativamente com as restantes culturas que a empresa dispõe, inicialmente podemos verificar que o nível de gasto com os produtos necessários para o desenvolvimento do olival, são substancialmente mais elevados, ao que a contabilista, na sessão de *focus group*, referiu que se deve ao facto de nessa rubrica estarem presentes os produtos utilizados em dois olivais, o olival destinado azeitona para conserva, e o olival destinado para produção de azeite. No mesmo seguimento, todas as partes relataram que a separação entre os produtos utilizados em ambas as explorações agrícolas seria praticamente impossível, no entanto, o responsável pela exploração expõe que devido a se tratar de culturas e sistemas produtivos diferentes, apesar de ambos serem olivais, seria possível identificar os custos de cada um. Deste modo, seria possível uma seleção mais rigorosa e exata para a averiguação do custo do olival em curso. Em termos práticos, terá de ser feito com a análise extensiva de custos entre o período de 2020 e 2021, com recurso a documentos contabilísticos internos, nomeadamente os extratos das respetivas contas.

Alguns dos custos específicos respetivos é este tipo de exploração agrícola não se encontram apenas em produtos e matérias-primas, mas sim, em grande parte, serviços próprios que envolvem desde o tratamento fitofármaco inicial, até ao processamento da azeitona colhida. Sendo esta uma variável determinante nos encargos financeiros suportados pela empresa na realização deste investimento, é essencial reconhecer esses

mesmos custos com fiabilidade, apesar de muitas vezes se tratar de prestações de serviços e não de um bem tangível.

Ao descrever o ciclo de formação deste tipo de olival, tanto o gestor como o engenheiro, deram ênfase aos custos específicos que começam a surgir ainda antes do momento de se começar a plantar, nomeadamente, relacionados a serviços de nivelamento do solo, posicionamento por sistema GPS e, o mais elaborado, a construção do sistema de rega adaptado para este tipo de cultura. Uma grande parte desses custos, como referido pelo gestor, representam apenas uma única fatura, como é o caso o serviço de nivelamento de solo e posicionamento GPS, no entanto, relativamente ao sistema de rega integrado, apesar de ser que construído num período de 6 meses, apresenta diversos estágios até a sua finalização.

Questionada em relação ao reconhecimento do sistema de rega, a contabilista afirmou que o mesmo teria sido contabilizado numa conta específica, “453288 - Sistema Rega-Amendoal e Olival”, na qual estavam presentes dois sistemas desenvolvidos simultaneamente. (Anexo H). No entanto, devido ao facto de se tratar de um baixo volume de faturação relativo ao sistema de rega do olival, a partir da análise do extrato dessa mesma conta, é possível apurar o valor correspondente com facilidade, sendo que, de modo a auxiliar essa análise, foi dada a informação por parte do gestor que o sistema de rega desenvolvido foi totalmente executado por um único fornecedor.

Relativamente às restantes prestações de serviços efetuadas no olival, estas possuem um carácter próprio que as distingue das restantes, sendo que, o facto de se tratar de um olival de produção de azeitona para o fabrico de azeite, requer um conjunto específico de tratamentos e aplicações que aparecem descritos nos documentos de compra. As divisões destes mesmos custos, não obstante dos restantes associados a outras explorações agrícolas, encontram-se repartidos em contas específicas e nomeadas respetivamente perante a sua cultura¹¹, como foi apresentado pela contabilista na entrevista individual.

No decorrer dos dois primeiros anos do investimento, foi alertado por parte do gestor, após análise dos documentos contabilísticos, que existiam outros custos que ocorreram por parte do processo inicial de cultivo, nomeadamente, seguros de plantações, o custo das sementes, e a plantação das mesmas no solo. Em termos práticos, a

¹¹ Nos Balancetes Analíticos dos períodos 2020,2021,2022, a contabilista optou por especificar os fornecimentos e serviços externos relativos a cada tipo de cultura que a empresa desenvolvia para apresentar no Relatório e Contas de cada exercício.

identificação deste tipo de custos é facilmente compreensível com a análise dos extratos das respetivas rubricas, uma vez que se trata de produtos e serviços que apenas ocorrem uma vez, como é o caso da aquisição das sementes, a plantação e o seguro apenas apresentam um documento de compra.

Com a reconstrução do ciclo transformativo do olival previamente descrito pelos elementos entrevistados, tanto o gestor como o responsável da exploração foram questionados na sessão de *focus group* relativamente a custos correntes comuns com outras explorações agrícolas, principalmente ao gasto com a água para rega e a eletricidade, ao qual, por parte de ambos, que as entidades publicas encarregues do sistema de água e elétrico utilizado em toda a propriedade, apresentam descrições detalhadas tanto dos metros cúbicos de água como da voltagem utilizada em cada exploração agrícola, sendo possível a sua repartição.

Derivado da crescente inflacionista presente no ano de 2022, os custos com água e eletricidade são determinantes para o correto apuramento realizado em todo o investimento, na medida em que, ambos sofreram aumentos significativos no decorrer do ano, alterando as expectativas de planeamento financeiro realizado em períodos anteriores por parte da empresa, como por parte de órgãos reguladores como o SIMA.

Com o intuito de entender o processo de contabilização dos subsídios inerentes ao investimento com este olival, o gestor da empresa explicou que o IFAP disponibiliza um sistema de pagamentos descritivo e indicativo por cada exploração agrícola desenvolvida, assim, é possível por parte da contabilista uma classificação exata dos valores atribuídos para o olival em relação aos restantes que a empresa recebe. Contrariamente aos diversos custos já retratados, os subsídios atribuídos neste contexto, são traduzidos como um rendimento do período, uma vez que ao enquadrarem na NCRF 22, como subsídio à exploração não reembolsável, são contabilisticamente tratados como um rendimento, o que resulta, por parte da contabilista, a sua mensuração numa rubrica de rendimentos do período¹². Além que, por informação do gestor, este tipo de subsídio foi exclusivamente recebido entre os períodos de 2020 e 2021, facilitando assim a sua obtenção para o propósito deste projeto.

O último conjunto de despesas registadas pela empresa ocorrem na fase final do ciclo produtivo do olival, no ano de 2022, sendo estas meramente provenientes do

¹² Com base na NCRF 22 – “Os subsídios do Governo devem ser reconhecidos como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, numa base sistemática”. (NCRF 22, §4)

processo de colheita da azeitona e de todo o seu processamento e transporte para o exterior das instalações da empresa.

5.5 Projeto em empresa - Modelo de Custos por Fases de Crescimento

As informações recolhidas a partir das entrevistas e da sessão de *focus group*, resultaram na individualização e categorização dos dados recolhidos. Inicialmente com a compreensão do sistema de controlo interno da empresa, foi possível entender algumas práticas de gestão, operacionais e contabilísticas, relacionando-as e compreendendo as suas dinâmicas entre os respetivos membros entrevistados. A análise dos métodos de mensuração contabilísticos empregues pela empresa, foi determinante para a compreensão das práticas contabilísticas aplicadas pela contabilista, nomeadamente, no âmbito a mensuração e reconhecimento do Olival e a azeitona pelo seu justo valor, expondo, algumas fragilidades do mesmo sistema. Relativamente ao processo de desenvolvimento do olival, juntamente com os seus custos associados, perfaz a base para a realização deste projeto.

Evidenciado por todos os elementos, é de entendimento comum que o ciclo de transformação biológica da exploração agrícola dita a quantidade de custos aplicada, sendo que, a cada nova etapa de desenvolvimento a tipologia de custos muda, bem como os seus valores. As questões colocadas com vista ao entendimento cíclico do Olival visavam entender se a sua transformação biológica traduzia no maior nível de investimento por parte da empresa, o que pelas respostas e afirmações por parte dos elementos, é possível confirmar.

A proposta de solução desenvolvida tem por base os ciclos de transformação desta cultura, sendo estes, o seu período de formação, o seu período de manutenção, e por fim, o seu período de colheita. Nestes três momentos, a exploração agrícola altera as suas necessidades com base na sua biologia, assim consequentemente, a tipologia de custos incorrer em cada um desses momentos, é substancialmente distinta das restantes. De acordo com explicações fornecidas por parte do responsável pela exploração e pelo gestor, podemos concluir que o ciclo de transformação do olival encontra-se repartido pelos períodos relativos ao investimento, resultando numa atribuição direta de cada etapa a cada ano, sendo o momento de formação abrangido pelo período de 2020 a 2021, a sua manutenção ocorre em 2022, e o momento da sua colheita apenas acontece no último trimestre de 2022.

O pressuposto inicial será identificar cada custo incorrido pela empresa em cada momento do ciclo de transformação do olival, com a finalidade de ser possível interpretar cada etapa como no centro de custos, para tal, a compreensão das atividades operacionais desenvolvidas em cada uma é altamente relevante. Com o auxílio, de elementos contabilísticos, tais como extratos de contas e balancetes analíticos disponibilizados pela empresa, será possível uma correta agregação de custos por etapa. Após a alocação dos respetivos custos por etapa de ciclo de transformação, será possível identificar tanto o valor do ativo biológico, como da azeitona colhida, derivado do facto que o custo de formação diz respeito ao valor do olival, e o resultado entre todos os custos associados nos três respetivos momentos, isto é, o custo total de produção em relação ao número de quilos colhidos, irá traduzir-se no custo unitário do produto agrícola (Anexo I).

O primeiro momento a ser tratado diz respeito à formação do olival, onde previamente escrito tanto pelo gestor como pelo engenheiro, existe um grande volume de investimentos únicos a desenvolver. Sendo que esta etapa acontece no espaço de dois períodos, 2020 e 2021, requer uma análise das rubricas de custos de ambos. Alguns dos custos de natureza única são facilmente identificados pela análise dos balancetes analíticos, mais concretamente, o serviço de nivelamento de solo, o serviço de posicionamento do sistema GPS e o seguro. Adicionalmente, retratado pelo gestor na sessão de *focus group*, os custos inerentes à plantação e sementes de oliveira, também possuem um carácter único, já que, a plantação apenas engloba uma fatura de serviço externo, e as sementes adquiridas representam unicamente um documento de compra no início do ano de 2020.

Presente no quadro 5.2, podemos encontrar os diferentes tipos de custos incorridos na fase de Formação. No seu processo de seleção, esteve por base as operações iniciais anteriormente relatadas tanto pelo gestor como o responsável da exploração. O intervalo de tempo a analisar abrange os anos 2020 e 2021, sendo estes correspondentes à totalidade da duração do estágio inicial do olival.

No âmbito do seu apuramento, os custos relativos a “adubos”, encontravam-se na conta específica “Produtos P/Culturas – Olival”, no entanto, em ambos os períodos também teriam sido contabilizados outros produtos fitofármacos para outro olival, assim, foi feita uma análise da rubrica em ambos os períodos, que pelas descrições feitas pela contabilista, resultaram no valor apresentado. Na mesma rubrica, podemos destacar o custo com as “Oliveiras”, sendo estas as sementes a usar na exploração, apenas abrangem um único documento de compra. Os apuramentos dos custos submetidos pelo sistema de

rega ocorreram apenas no período de 2020, sendo estes exclusivos deste ano e meramente fornecidos por uma única empresa, o seu valor encontra-se integralmente na rubrica “Sistema Rega-Amendoal e Olival” (Anexo H).

Relativamente a custos mais específicos da etapa, como é o caso do serviço de nivelamento do solo, posicionamento por GPS e a plantação, por se tratar de serviços externos apenas fatorados uma única vez, encontramos-nos com facilidade os seus valores na respetiva rubrica de subcontratos (Anexo J). O valor empregue no seguro da plantação também apresenta uma natureza semelhante, derivado de apenas uma fatura registada no início de 2021 na rubrica “Seguros – Colheitas” (Anexo K). O tratamento dos custos comuns, nomeadamente os custos com água para rega e de eletricidade, foram apurados a partir da análise dos valores presentes os balancetes analíticos de 2020 e 2021, mais concretamente, pela verificação dos seus respetivos extratos¹³ (Anexo L).

Por último, foi analisado o valor presente na conta que engloba os subsídios recebidos, esta por si já se encontrava dividida por organismo estatal, neste caso o IFAP, que por verificação dos valores recebidos em ambos o período foi possível apurar o valor com exatidão (Anexo M).

Quadro 5.2 – Custos incorridos na etapa de Formação¹⁴.

Olival - Formação		
Períodos a Considerar: 2020 e 2021		
Adubos	135 643,76 €	Conta 3121111 - "Produtos P/Culturas -Olival"
Sistema Rega	137 856,45 €	Conta 453288 - "Sistema Rega - Amendoal e Olival"
Oliveiras	29 800,00 €	Conta 3121111 - "Produtos P/Culturas -Olival"
Plantação	18 750,00 €	Conta 621112 - "Subcontratos mn -Olival"
Nivelamento Solo	37 000,00 €	Conta 6221 - "Trabalhos Especializados"
Posicionamento GPS	2 800,00 €	Conta 6221 - "Trabalhos Especializados"
Seguro	10 588,15 €	Saldo Conta 62637 - "Seguros - Colheitas"
Água	96 500,00 €	Conta 6243 - "Água"
Eletricidade	9 800,00 €	Conta 6241 - "Eletricidade"
Subsídios	152 000,00 €	Conta 7511 - "IFAP"

Fonte: Elaboração própria

¹³ Por se tratar de faturas diferenciadas, é possível a sua particularização, no entanto, por pedido da empresa, não serão apresentados os extratos neste projeto, mas sim os balancetes analíticos com as respetivas rubricas.

¹⁴ Alguns dos custos sofreram alterações e arredondamentos de modo a facilitar os cálculos.

O segundo momento a ser analisado engloba o período referente à manutenção do olival. Este compreende o terceiro ano de investimento, visto que, a exploração agrícola já se encontra desenvolver o seu fruto, assim os custos a suportar no decorrer desse procedimento apresentam-se devidamente identificados no quadro 5.3.

Devido ao facto dos custos serem referentes a apenas um ano, o processo de seleção e identificação é relativamente mais prático face ao momento anteriormente apresentado.

Existem algumas similaridades no que toca às rubricas a analisar neste momento relativamente ao primeiro, uma vez que partilham de uma tipologia de custos semelhantes, nomeadamente a aquisição de adubos, a utilização de água para o sistema de rega e eletricidade, o que torna a sua identificação similar à da etapa previamente explorada. Consequentemente, os custos comuns suportados no decorrer do período de 2022, água e eletricidade respetivamente, irão sofrer das mesmas similaridades das suas contrapartes os anos anteriores, sendo que, obtenção dos seus valores será feita da mesma forma em relação ao momento inicial, analisando as mesmas rubricas (Anexo N).

Os custos incorridos de natureza específica desta etapa da transformação do olival, estão inerentes ao facto de serem necessários aplicações constantes de fitofármacos, serviços de poda e herbicidas e pesticidas. Estes últimos, apresentam uma tipologia semelhante à dos adubos¹⁵, sendo estes produtos adquiridos por parte da empresa que posteriormente são aplicados na exploração por meio de um serviço externo, tal como descreveu anteriormente o responsável da exploração (Anexo O).

Os serviços de aplicação de fitofármacos juntamente com os serviços de poda, encontram-se incorporados nos fornecimentos e serviços externos requisitados pela empresa, mais especificamente, nos subcontratos designados para o olival (Anexo P).

Semelhantemente, devido ao facto de não existir uma alteração ao nível das contas de subsídios à exploração, a identificação do montante recebido por parte do IFAP é idêntica ao do momento de Formação (Anexo Q).

¹⁵ A mensuração por parte da contabilista relativa aos herbicidas e pesticidas é semelhante à dos adubos adquiridos, sendo que encontram-se na mesma rubrica de compras.

Quadro 5.3 – Custos incorridos na etapa de Manutenção

Olival - Manutenção		
Período a Considerar: 2022		
Adubos	45 000,00 €	Conta 3121111 - "Produtos P/Culturas -Olival"
Herbicidas/Pesticidas	31 000,00 €	Conta 3121111 - "Produtos P/Culturas -Olival"
Água	55 000,00 €	Conta 6243 - "Água"
Podagem	18 800,00 €	Conta 621112 - "Subcontratos mn -Olival"
Aplicação Fitofármaco	8 900,00 €	Conta 621112 - "Subcontratos mn -Olival"
Eleticidade	28 000,00 €	Conta 6241 - "Eleticidade"
Subsidios	42 000,00 €	Conta 7511 - "IFAP"

Fonte: Elaboração própria

O momento final de transformação biológica do olival acontece no seu ponto de colheita, sendo que este apenas ocorre nos últimos meses de 2022. Ao contrário dos restantes, este momento é determinante na medida em que ocorre o processo de separação da azeitona da sua árvore, originando assim o produto agrícola.

Por parte da brevidade das operações inerentes ao processo de colheita, a tipologia de custos apresentada é quantitativamente inferior aquando da sua comparação com os restantes momentos, no entanto, todos os custos originam de prestações de serviços relacionados diretamente com a colheita da azeitona. Como previamente referido, o processo é inteiramente realizado com o recurso a prestações de serviços com máquinas agrícolas, o que traduz um custo elevado que afeta significativamente o valor unitário de azeitona.

O quadro 5.4 apresenta os três serviços solicitados por parte da empresa neste momento único, nomeadamente a “recolha” engloba o processo de separação física da azeitona do Olival, o “processamento” que abrange a separação do produto agrícola e de

possíveis resíduos¹⁶, e por último, o seu “transporte” compreende o custo do transporte da azeitona já selecionada em direção ao lagar para ser transformada em azeite.

Os custos desempenhados pelo processo de “recolha” encontram-se presentes como um serviço externo, mais concretamente um subcontrato referente ao olival, ainda, sendo este serviço de natureza singular, apenas apresenta uma fatura, tornando assim facilmente mensurável (Anexo P).

O apuramento do custo derivado do processamento do produto recolhido encontra-se reconhecido separadamente dos restantes serviços, não só devido ao facto de também possuir uma natureza singular, como também foi decisão por parte da contabilista, sendo possível apurar o seu exato valor (Anexo P).

O serviço de transporte também apresenta apenas um documento de compra, tendo este na sua descrição as toneladas transportadas, assim não só obtemos o custo desse mesmo serviço, como também, a indicação das toneladas recolhidas (Anexo R).

Quadro 5.4 – Custos incorridos de Colheita

Olival - Colheita		
Período a Considerar: 2022		
Recolha	35 000,00 €	Conta 621112 - "Subcontratos mn -Olival"
Processamento	17 545,89 €	Saldo Conta 621115 - "Subcontratos-Proces.Azeitona"
Transporte	10 350,00 €	Saldo Conta 6253 - "Transporte de Mercadorias"

Fonte: Elaboração própria

Com a agregação dos custos incorridos pela empresa em cada fase de transformação da sua exploração agrícola, é possível, determinar tanto o valor do ativo biológico, como do produto agrícola.

Primeiramente pela informação exposta no quadro 5.5, é de notar que o Custo total de produção (CTP) ascende a 534.334,04€ derivado da adição da totalidade de todos os custos apresentados em cada momento do ciclo transformativo (Anexo I).

¹⁶ Durante o processo de colheita, as máquinas agrícolas retiram a azeitona juntamente com algumas folhas e pequenos ramos, além que, algumas das azeitonas podem não apresentar condições para serem comercializadas e transformadas.

O ativo biológico, que apenas compreende a totalidade dos custos associados ao estágio de Formação, encontra-se mensurado pelo valor de 326.738,15€, correspondente ao investimento realizado na etapa de Formação (Anexo I).

Com o documento de transporte da azeitona, foi indicado que aproximadamente 560 toneladas tinham sido recolhidas e transportadas, o que corresponde ao valor disponibilizado pelo gestor à contabilidade no documento de inventário (Anexo G). Tendo por base as 560 toneladas, que correspondem a 560.000 quilos recolhidos, o quociente aplicado entre o CTP e os quilos recolhidos, traduz-se diretamente no custo por quilo da azeitona, neste caso, perfaz um valor unitário de noventa e cinco centimos (0,95€)¹⁷. Já o valor a ser inventariado na contabilidade do respetivo valor da azeitona, pode ser obtido tal como é apresentado no documento de inventário do gestor, sendo uma multiplicação entre o valor por quilo, 0,95€, com a quantidade recolhida, 560 toneladas, o que resulta num valor de azeitona recolhida no período de 2022 de 534.171,83€¹⁸.

Quadro 5.5 – Resultado da aplicação de fórmulas

Custo total de produção (€)	534 334,04 €
Custo por tonelada de azeitona (€/t)	954,46 €
Custo por quilo de azeitona (€/Kg)	0,95 €
Valor a Reconhecer na conta 3411	534 171,83 €
Valor a Reconhecer na conta 372	326 738,15 €

Fonte: Elaboração própria

¹⁷ Valor aproximado por motivos de simplificação, sendo o valor exato 0.95417.

¹⁸ Valor apresentado resulta da multiplicação entre 560.000 quilos com o valor 0.95417.

6. Análise dos Resultados

A utilização do modelo do custo na mensuração do olival e por consequente, azeitona, apresenta resultados distintos dos que a empresa apresenta pela utilização do justo valor.

Com a análise do quadro 6.1, num primeiro momento, relativamente ao ativo biológico, o valor apresentado pela empresa é substancialmente mais elevado comparado com o valor obtido pela mensuração derivado do modelo do custo. Este fenómeno pode ser explicado pelo facto de, por opção do investigador, o seu apuramento somente se basear nos custos suportados nos períodos relativos à sua formação, enquanto, por parte da empresa foi realizada uma avaliação com base no justo valor.

Contrariamente, o valor a reconhecer no produto agrícola, a azeitona, é significativamente mais elevado do que a quantia apresentada pela empresa, já que, foram considerados os custos ao longo de todos os estágios do seu processo produtivo. Deste modo, intrínseca à azeitona, encontramos todos os encargos suportados pela empresa desde o primeiro momento o investimento começou a ser realizado (Anexo S).

Por último, e sendo este o ponto mais importante deste projeto, que abrange a resolução do problema apresentado pelo gestor da empresa, relativo ao custo por quilo da azeitona produzida, de acordo com os cálculos e metodologias aplicadas, chegamos ao valor de 95 cêntimos, que é expressivamente mais elevado comparado com o valor apresentado pelo SIMA, sendo este de apenas 69 cêntimos. Os motivos pelos quais a diferença entre os custos unitários apresentarem uma diferença significativa, aproximadamente de 26 cêntimos, pode ser explicada pelo incremento de custos incorridos no período de 2022, aos quais se devem pela crescente inflação tanto os produtos agrícolas, tais como adubos, herbicidas e fitofármacos, como também nos custos gerais como o caso da água e da eletricidade.

Quadro 6.1 – Comparação dos valores entre justo valor e modelo do custo

	SAGSC, Lda. - Justo Valor	Projeto Desenvolvido - Método do Custo
Valor a Reconhecer - Olival	546 741,96 €	326 738,15 €
Valor a Reconhecer - Azeitona	386 284,84 €	534 171,83 €
Custo por quilo de azeitona (€/Kg)	0,69 €	0,95 €

Fonte: Elaboração própria

Os valores apresentados também podem ser analisados numa ótica das demonstrações financeiras da empresa. Com a utilização do método do custo, caso a empresa reconheça o seu olival pelo valor apresentado, uma vez que está utiliza o Sistema Nacional de Contabilidade (SNC) irá afetar a sua rubrica de ativos biológicos não correntes, sendo esta uma rubrica que se enquadra nos ativos da empresa, irá modificar o valor do seu Balanço, representando assim um impacto de decréscimo no património da empresa. Numa perspetiva empresarial, a relevância do custo por quilo de azeitona permite a empresa negociar com os seus clientes de modo a não perder valor real nos seus resultados.

Conclusões

A realização deste projeto em empresa visou os objetivos de fornecer uma resposta ao problema apresentado pelo gestor da empresa, nomeadamente o apuramento do custo de produção por quilo de azeitona escolhida, juntamente com o objetivo de mensurar o ativo biológico em questão pelo método do custo, apresentando assim uma alternativa à aplicação do justo valor.

De modo a executar os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas individuais e uma sessão de *focus group* com o gestor da empresa, o engenheiro responsável pela exploração e a contabilista certificada responsável pelos deveres contabilísticos e fiscais da empresa. Com análise das respostas por parte de todos os elementos, foi possível compreender como as operações desenvolvidas na exploração agrícola eram registadas na contabilidade, além de, pelas descrições fornecidas, delinear os momentos em que os custos aconteciam ao longo do processo de transformação biológica do olival. Assim a compreensão da evolução biológica de exploração, permitiu a separação de três momentos significativos que se destacam não só pela modificação física do olival, como na dinâmica de custos empregues pela empresa.

Adicionalmente o acesso aos elementos contabilísticos da empresa, permitiu uma seleção minuciosa por parte do investigador, fazendo com que os cálculos a desenvolver no modelo de custos fosse o mais exato possível.

Com ambos os meios de recolha de informação realizados, a construção de um modelo com base nos custos incorridos em cada momento de transformação do olival foi possível, demonstrando em cada uma das etapas o custo total suportado pela empresa, além de, com a totalidade investida nos três estágios, foi possível o apuramento do custo total de produção. Além do recurso ao modelo do custo no processo de mensuração do ativo biológico, derivado das informações relativas a totalidade de azeitona produzida, foi possível apresentar o valor de 0,95 cêntimos por quilo de azeitona que empresa produziu em 2022.

Comparativamente ao valor utilizado por parte da empresa, 0,69 cêntimos, o custo por quilo apurado é significativamente mais elevado uma vez contempla todos os custos desde o momento de formação até ao processo de colheita, indo assim, às exigências colocadas por parte do órgão de gestão da empresa quando este apresentou o problema de apuramento do custo da azeitona.

Numa outra análise, o facto do ativo biológico ser mensurado pelo seu custo e não pelo justo valor, apresenta consequências ao nível das demonstrações financeiras, mais concretamente, no seu Balanço, modificando assim o valor do ativo da empresa. Por outro lado, a importância de correto apuramento relativo ao custo produtivo por azeitona colhida é altamente relevante para a gestão financeira da empresa de modo estabelecer preços junto com os seus clientes mais precisos face aos custos incorridos.

Com a elaboração deste projeto, todo o seu conteúdo foi partilhado, nomeadamente com o gestor da empresa e com a contabilista, com o propósito que ambos empreguem e apliquem um valor mais próximo da estrutura de custos suportada pela empresa, proporcionando um maior controlo no domínio de preços a praticar por parte da empresa, como na vertente contabilística, seja possível a exposição credível do património da empresa.

Num ponto de vista académico, o apuramento de custos de um ativo biológico baseado nas suas fases de desenvolvimento biológico, possui um carácter inovador que até à data foi pouco explorada tanto por empresas como investigadores, assim este projeto apresenta-se como uma referência no debate entre o método do custo e a utilização do justo valor tanto na vertente de mensuração do ativo biológico como no apuramento do valor atribuído ao produto agrícola.

Apesar da total disponibilidade por parte da empresa e por parte da contabilista, não houve a possibilidade de registar tanto por meio de áudio como por meio audiovisual as entrevistas e a sessão de *focus group* realizadas, o que constituiu uma dificuldade no momento de recolha de informação. Devido ao facto que existe a possibilidade de algum erro ao nível de classificação e registo da contabilidade em algumas das rubricas analisadas, subsiste a possibilidade de uma margem de erro nos cálculos apresentados. Um dos fatores determinantes para o desenvolvimento no modelo presente neste projeto, deve-se ao facto de compreensão e das especificidades que se encontram neste tipo de exploração agrícola, sendo estas tão relevantes como os documentos contabilísticos, assim existe também a possibilidade de se generalizar o método aplicado para outros ativos biológicos.

Este projeto somente engloba um tipo muito específico de ativo biológico, e todo o seu processo de contabilização encontra-se intrinsecamente relacionado com o seu processo de evolução, assim, para outras culturas com tipologias diferentes do olival super intensivo, seria interessante a aplicação do mesmo método utilizado.

Outra hipótese de investigação a ser realizada seria o estudo dos impactos nas demonstrações financeiras derivado da mensuração obtida com a aplicação do método do custo, comparando assim os valores apurados entre o justo valor e o modelo do custo, com a finalidade de estudar qual o que melhor a posição financeira da empresa.

Bibliografia

- Aboody, D., Barth, M. E., & Kasznik, R. (1999). Revaluations of fixed assets and future firm performance: Evidence from the UK. *Journal of accounting and economics*, 26(1-3), 149-178.
- Alves, M. T. V. D., & de Sousa Fernandes, M. O. A. (2017). Mensuração e reconhecimento contabilístico dos ativos biológicos: um estudo de caso. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(31), 8.
- Alves, M. T. V. D., & Teixeira, A. B. D. S. D. (2005). Actividade pecuária, algumas especificidades com reflexo na contabilidade. In *Cities in competition. XV Spanish-Portuguese Meeting of Scientific Management (2005)*, p 65-78. Universidad de Sevilla.
- Argilés, J. M. (2001). Accounting information and the prediction of farm non-viability. *European Accounting Review*, 10(1), 73-105.
- Argilés, J. M., & Slof, E. J. (2001). New opportunities for farm accounting. *European Accounting Review*, 10(2), 361-383.
- Argilés, J. M., Garcia-Blandon, J., & Monllau, T. (2011). Fair value versus historical cost-based valuation for biological assets: predictability of financial information. *Revista de Contabilidad*, 14(2), 87-113.
- Azevedo, Graça Maria do Carmo (2005), “O impacte da Noma Internacional de contabilidade n.º41 “Agricultura” no normativo Contabilístico Português – Sector Vitivinícola”, Tese de Doutoramento em Contabilidade, ISCTE.
- Barth, M. E. (2006). Including estimates of the future in today's financial statements. *Accounting Horizons*, 20(3), 271-285.
- Binz, O., & Graham, J. R. (2022). The information content of corporate earnings: Evidence from the Securities Exchange Act of 1934. *Journal of Accounting Research*, 60(4), 1379-1418.
- Bleck, A. and Liu, X. (2007) Market transparency and the accounting regime, *Journal of Accounting Research*, 45(2), 229-256.
- Boone, J.A. (2009), “Experiences on the use of International Financial Reporting Standards for calculations of Agricultural income: Ultimate harmonization tool or not relevant for agricultural statistics?”;

- Botosan, C. A. (2019). Pathway to an integrated conceptual framework for financial reporting. *The Accounting Review*, 94(4), 421-436.
- Chang, W. J., Monahan, S. J., Ouazad, A., & Vasvari, F. P. (2021). The higher moments of future earnings. *The Accounting Review*, 96(1), 91-116.
- Christensen, H. B., & Nikolaev, V. V. (2013). Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test?. *Review of Accounting Studies*, 18, 734-775.
- Cooper, R., & Kaplan, R. S. (1991). Profit priorities from activity-based costing. *Harvard business review*, 69(3), 130-135.
- Datar, S., & Gupta, M. (1994). Aggregation, specification and measurement errors in product costing. *Accounting Review*, 567-591.
- De George, E. T., Li, X., & Shivakumar, L. (2016). A review of the IFRS adoption literature. *Review of accounting studies*, 21, 898-1004.
- Elad, C. (2004). Fair value accounting in the agricultural sector: some implications for international accounting harmonization. *European Accounting Review*, 13(4), 621-641.
- Fang, X., He, K., Mei, B., & Ye, J. (2022). The Role of Auditing Firms in the Implementation of New Accounting Standards: Evidence from China. *Abacus*.
- Francis, J., & Schipper, K. (1999). Have financial statements lost their relevance?. *Journal of accounting Research*, 37(2), 319-352.
- Giraudeau, M. (2017). The farm as an accounting laboratory: an essay on the history of accounting and agriculture. *Accounting History Review*, 27(2), 201-215.
- Glover, J., & Xue, H. (2022). Accounting conservatism and relational contracting. *Journal of Accounting and Economics*, 101571.
- Gonçalves, R., Lopes, P., & Craig, R. (2017). Value relevance of biological assets under IFRS. *Journal of international accounting, auditing and taxation*, 29, 118-126.
- Herrmann, D., Saudagaran, S. M., & Thomas, W. B. (2006). The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. *Accounting Forum*, 30(1), 43–59.
- Hilton, R. W., Swieringa, R. J., & Turner, M. J. (1988). Product pricing, accounting costs and use of product-costing systems. *Accounting Review*, 195-218.

- Hodder, L. D., & Sheneman, A. G. (2022). Fair Value Measurement Discretion and Opportunistic Avoidance of Impairment Loss Recognition. *The Accounting Review*, 97(7), 243-268.
- Horváth, P. (1993) Target Costing. State of the Art Report. Arlington, TX: CAM-I, pp. 1–46.
- Huffman, A. (2018). Asset use and the relevance of fair value measurement: evidence from IAS 41. *Review of Accounting Studies*, 23(4), 1274-1314.
- Kepler, J. D. (2021). Private communication among competitors and public disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 71(2-3), 101387.
- Kohler, H., Pochet, C., & Gendron, Y. (2021). Networks of interpretation: An ethnography of the quest for IFRS consistency in a global accounting firm. *Accounting, Organizations and Society*, 95, 101277.
- Laux, C., & Leuz, C. (2009). The crisis of fair-value accounting: Making sense of the recent debate. *Accounting, organizations and society*, 34(6-7), 826-834.
- Lima, S. D., & Pereira, A. N. (2011). Ativos biológicos: uma análise documental e descritiva sobre a mensuração da IAS 41 e do CPC 29 numa perspetiva de teoria contábil normativa. *Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio-Ambiente*, 18.
- Mahieux, L., Sapra, H., & Zhang, G. (2023). CECL: Timely loan loss provisioning and bank regulation. *Journal of Accounting Research*, 61(1), 3-46.
- Maroun, W., & van Zijl, W. (2022, July). Fair value accounting: epistemic commitment and resistance. In *Accounting Forum* (Vol. 46, No. 3, pp. 215-240). Routledge.
- Mattimoe, R., & Seal, W. (2011). Pricing in a service sector context: Accounting and marketing logics in the hotel industry. *European Accounting Review*, 20(2), 355-388.
- McNair, C. J. (1994). *The profit potential: Taking high performance to the bottom line*. John Wiley & Sons.
- McNair, C. J., Polutnik, L., & Silvi, R. (2001). Cost management and value creation: the missing link. *European Accounting Review*, 10(1), 33-50.
- Medeiros, R. M. P. S. G. D. (2010). *NCRF 17 versus POC: activos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita* [Doctoral dissertation, ISCTE].

- Miller, P. (1998). The margins of accounting. *European Accounting Review*, 7(4), 605-621.
- Neilson, J. J. (2022). Investor information gathering and the resolution of uncertainty. *Journal of Accounting and Economics*, 74(1), 101513.
- Peng, S., & Bewley, K. (2010). Adaptability to fair value accounting in an emerging economy: A case study of China's IFRS convergence. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.
- Plantin, G., Sapra, H., & Shin, H. S. (2008). Marking-to-market: panacea or Pandora's box?. *Journal of accounting research*, 46(2), 435-460.
- Ravenscroft, S., & Williams, P. F. (2021). Sustaining discreditable accounting research through ignorance: The mainstream elite's response to the 2008 financial crisis. *Accounting, Organizations and Society*, 95, 101280.
- Rech, I. J., & Cunha, M. F. D. (2011). Análise das taxas de desconto aplicáveis na mensuração dos ativos biológicos a valor justo.
- Reis, R. F., & Stocken, P. C. (2007). Strategic consequences of historical cost and fair value measurements. *Contemporary accounting research*, 24(2), 557-584.
- Richardson, A. J. (1987). Accounting as a legitimating institution. *Accounting, Organizations and Society*, 12(4), 341-355.
- Robert S. Kaplan, & Robin Cooper. (1998). *Cost & effect: using integrated cost systems to drive profitability and performance*. Harvard Business Press.
- Robson, K., & Ezzamel, M. (2023). The cultural fields of accounting practices: Institutionalization and accounting changes beyond the organization. *Accounting, Organizations and Society*, 104, 101379.
- Romi, A. M., Carrasco, H., Camors, C. A., & Masselli, J. J. (2022). Accounting as a Normalizing Tool for Transitional Dirtiness: The Case of the US Adult-Use Cannabis Industry. *Contemporary Accounting Research*, 39(1), 271-303.
- Ronen, J. (2008) To fair value or not to fair value: a broader perspective, *Abacus*, 44(2), 181-208
- Schipper, K. (2005). The introduction of International Accounting Standards in Europe: Implications for international convergence. *European Accounting Review*, 14(1), 101-126.

- Tinker, A. M. (1980). Towards a political economy of accounting: an empirical illustration of the Cambridge controversies. *Accounting, Organizations and Society*, 5(1), 147-160.
- Watts, R. L. (2003). Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. *Accounting horizons*, 17(3), 207-221.
- Wayland, R. E., & Cole, P. M. (1997). *Customer connections: New strategies for growth*. Harvard Business Press.
- Yoshikawa, T., Innes, J. and Mitchell, F. (1994) 'Functional analysis of activity based cost information', *Journal of Cost Management*, 8: 40–8.
- Young, D. (2021). How Social Norms and Social Identification Constrain Aggressive Reporting Behavior. *The Accounting Review*, 96(3), 449-478.
- Zhang, I. X., & Zhang, Y. (2020). Discussion of “The effect of fair value accounting on the performance evaluation role of earnings”. *Journal of Accounting and Economics*, 70(2-3), 101343.

Anexos

Anexo A – Parágrafos 35 a 39 da NCRF 17 - Agricultura

“Um subsídio do Governo não condicional, que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos, os custos estimados no ponto de venda, deve ser reconhecido como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do governo se torne recebível”. (§35)

“Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos o custo estimado no ponto de venda for condicional, incluindo quando um subsídio do Governo exige que uma entidade não se ocupe em atividade agrícola específica, uma entidade deve reconhecer o subsídio do Governo como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio do Governo.” (§36)

“Os termos e condições de subsídios governamentais variam. Por exemplo, subsídio do Governo pode exigir que uma entidade cultive num dado local durante cinco anos e exigir que a entidade devolva todo o subsídio se ela cultivar durante menos do que cinco anos. Neste caso, o subsídio do governo não será reconhecido como rendimento até que os cinco anos tenham passado. Porém se o subsídio do Governo permitir que parte do mesmo seja retida com base na passagem do tempo, a entidade reconhecerá o subsídio do governo como rendimento numa base proporcional ao tempo.” (§37)

“Se um subsídio do governo se relacionar com um ativo biológico mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, será aplicada a NCRF 22.” (§38)

“Esta norma exige um tratamento diferente do da NCRF 22 se um subsídio do governo se relacionar com um ativo biológico mensurado pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda ou um subsídio do Governo exigir que uma entidade não se ocupe de numa atividade agrícola específica. A NCRF 22 é somente aplicada a um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.” (§39)

Anexo B – Questões relativas à entrevista individual – Gestor da empresa

1. Quais as funções que desempenha na empresa?
2. Como é feito o processo de planeamento ao nível financeiro da empresa?
3. O desenvolvimento de novas explorações agrícolas envolve algum plano financeiro prévio?
4. Na consulta por referências de valores de mercado para os ativos biológicos e produtos agrícolas, quais são as principais fontes a que recorre?
5. Qual o período temporal em que o investimento ocorre?
6. No olival desenvolvido entre 2020 e 2021, quais foram os fornecedores utilizados?
7. Que tipo de custos está inerente neste tipo de olival?
8. Este tipo de olival apresenta alguma característica distinta dos restantes?
9. Que documentos são feitos de modo a contabilizar o inventário a entregar à contabilista?
10. Quais as razões que o levam a duvidar da utilização dos valores fornecidos pelo mercado ao valorizar tanto o olival como a azeitona recolhida?
11. O investimento encontra-se repartido de algum modo específico?
12. No primeiro ano, os gastos com o olival apresentam algumas especificidades que o tornam diferente dos restantes até agora desenvolvidos pela empresa?
13. Quais são as matérias-primas chave para a instalação deste tipo de exploração agrícola?
14. A empresa emprega mão de obra especializada para este tipo de investimento?
15. Os preços estabelecidos com os clientes são definidos quando o olival é plantado ou quando a azeitona é recolhida?
16. No segundo ano de investimento, a tipologia de custos é semelhante ou distinta do ano anterior?
17. Quando o olival começa a apresentar o seu produto, os custos variam em forma e em quantidade?
18. No ano da colheita, existem custos específicos desse momento?
19. No processo de conferência com a contabilidade, realiza reuniões prévias com a contabilista de modo a informar a mesma relativamente a um novo investimento a desenvolver no âmbito de uma nova exploração agrícola?
20. Como é realizada a entrega dos elementos contabilísticos com a contabilista?

Anexo C - Questões relativas à entrevista individual – Responsável da exploração

1. Quais são as funções que desempenha na empresa?
2. Que formação possui a nível académico?
3. Sendo responsável por todas as explorações que a empresa apresenta, existem algumas características que este olival apresenta das restantes?
4. No processo de aquisição de matérias-primas para o olival, que fornecedores recorre?
5. Porque é que neste tipo de olival não existe mão de obra por parte do cenário de operações?
6. Os produtos empregues neste olival diferentes dos restantes olivais?
7. Como é realizado o processo de compra dos bens necessários? Existe algum documento de controlo interno?
8. Existe algum critério de seleção de fornecedores que recorre para efetuar as compras necessárias para o olival?
9. Este olival representa um investimento substancialmente mais elevado ao compararmos com os restantes, porque é que isso se deve com base nas operações?
10. Ao nível biológico, como é que este olival cresce em apenas 3 anos, sendo que no último ano já se encontra a produzir azeitona para colher?
11. Existe algum contacto entre a sua função e a contabilista?
12. Algum dos documentos internos de compra são entregues na contabilidade?
13. Existem etapas que separam o desenvolvimento biológico deste tipo de olival?
14. Que produtos são mais utilizados no seu processo de plantação?
15. O sistema de rega apresenta alguma diferenciação relativamente aos restantes que a empresa possui?
16. Nas etapas que me apresentou, que custos ocorrem na fase de formação?
17. Existe uma maior proporção de custos em que etapa?
18. Dado o facto de se tratar de uma cultura muito distinta, a tipologia de custos associada também é distinta das restantes que a empresa apresenta?
19. Na fase de manutenção compreende que período do investimento?
20. Na etapa final, os gastos com o olival acontecem via de serviços ou da aquisição de bens?
21. A utilização de subcontratos está inerentes a este tipo de explorações?

Anexo D - Questões relativas à entrevista individual – Contabilista Certificada

1. Qual é a sua formação académica?
2. Há quanto tempo desempenha o papel de contabilista certificada da SAGSC, Lda.?
3. Qual é a sua relação com o gestor, no âmbito do planeamento financeiro da empresa?
4. No momento inicial do investimento do olival, quando teve informação que a empresa ia começar a desenvolver este tipo de ativo biológico?
5. O gestor informou-a dos custos específicos que seriam inerentes ao olival?
6. Como foi realizada a mensuração desses mesmos custos?
7. Foram estabelecidas algumas rubricas no plano de contas da empresa de modo a separar os custos do investimento em relação aos restantes?
8. Na faturação relativa às compras e fornecimentos e serviços externos da empresa, alguma diferenciação nas mesmas poderiam indiciar que faziam parte do investimento e não das restantes explorações que a empresa apresenta?
9. No momento inicial, como foi mensurado o projeto do olival?
10. Os seus custos mais específicos foram considerados gastos do período ou foram incorporados no investimento em curso? As despesas que o responsável realiza eram identificáveis e perceptíveis de serem separadas das restantes despesas das outras explorações?
11. Alguns dos bens, como adubos e fitofármacos são utilizados por outras culturas, era possível a sua separação?
12. Como e quando lhe foi fornecida a informação que o olival já se encontrava concluído? Nesse momento, como foi reconhecido o olival na contabilidade?
13. No momento de mensuração, como foi utilizado o justo valor? Como foram fornecidos esses dados para realizar a mensuração?
14. Na determinação do custo da azeitona recolhida, como foi realizada a sua mensuração no inventário da empresa?
15. Apenas a contabilista realiza a mensuração destes ativos da empresa?
16. Que rubricas foram utilizadas na contabilização dos custos do olival ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022?
17. Em que momento na contabilidade posso ter acesso ao valor atribuído ao olival e ao valor atribuído à azeitona recolhida?

Anexo E – Classe de Ativos Biológicos no final de 2022

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito
37	Activos biológicos	3 517 905,95	1 332 385,65	2 185 520,30
372	De produção	3 255 493,03	447 677,27	2 807 815,76
3721	Animais	1 500,00	0,00	1 500,00
37211	Animais - existências	1 500,00	0,00	1 500,00
372112	Equinos- JV	1 500,00	0,00	1 500,00
3722	Plantas	3 253 993,03	447 677,27	2 806 315,76
37221	Plantas - Vinha	811 871,41	334 672,88	477 198,53
37222	Plantas - Oliveiras	867 167,37	0,00	867 167,37
37223	Plantas - Oliveiras 2017	221 112,88	0,00	221 112,88
37224	Olival 2020/2021	546 741,96	0,00	546 741,96
37225	Amendoal 2020/2021	694 095,02	0,00	694 095,02

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda.

Anexo F – Tabela Cotações do SIMA – “Azeitona Azeite - €/kg”

Cotações de Referência nos mercados de produção						
Azeitona Azeite - €/ kg						
Resumo últimas 4 semanas	Cotações médias (4 semana)			Variações		
	Sem 19 a 22	Sem 19 a 22	Sem 15 a 18	Variação homologa		Variação período anterior
	2023	2022	2023	Absoluta (€)	Relativa (%)	Absoluta (€)
						Relativa (%)
						#DIV/0!
Cotações Semanais						
Semana	Média 2020-2022	2022	2023	Semana	Média 2020-2022	2022
1	0,34	0,36	0,69	27		
2	0,36	0,38	0,53	28		
3	0,36	0,38	0,53	29		
4	0,36	0,40		30		
5	0,32			31		
6				32		
7				33		
8				34		
9				35		
10				36		
11				37		
12				38		
13				39		
14				40		
15				41		
16				42		
17				43		
18				44	0,35	
19				45	0,35	
20				46	0,33	
21				47	0,43	0,60
22				48	0,43	0,64
23				49	0,44	0,64
24				50	0,45	0,69
25				51	0,45	0,69
26				52	0,45	0,69

Fonte: SIMA

Anexo G – Documento Interno produzido pelo Gestor – “Inventário 2022”

INVENTÁRIO

NOME : SAGSC, Lda.

DATA :

ANIMAIS

Ovinos	Quant	Preço	Valor
Ovelhas			0
			0
			0
			0
			0
TOTAL			0

Bovinos	Quant	Preço	Valor
Vacas			0
Touros			0
Nov./Repr.			0
Nov(a)/Repr.			0
Novilho			0
Novilha			0
TOTAL			0

Suínos	Quant	Preço	Valor
Porcas			0
Varrascos			0
Leitões			0
TOTAL			0

Caprinos	Quant	Preço	Valor
Cabras			0
Chibatos			0
Crias			0
			0
			0
TOTAL			0

Equinos	Quant	Preço	Valor
Puro Lusitano			0
			0
TOTAL			0

DATA 31 /12 /2022

CULTURAS EM CURSO

Tipo	H.A	Preço	Valor
Trigo Mole			0
Trigo Rijo			0
Cevada			0
Aveia			0
Tremocilha			0
Tritical			0
TOTAL			0

**PRODUTOS EM ARMAZEM
COMPRADOS**

Especie	T.N	Preço	Valor
Trigo			0
Rações			0
Adubo			0
Gasóleo			0
TOTAL			0

**PRODUTOS EM ARMAZEM
PRODUÇÃO**

Especie	T.N	Preço	Valor
Trigo			0
Azeitona p/Azeite	560	0,69	386 400,00 €
Uva			0
Vinho			0
Azeitona p/Conserva			0
			0
TOTAL			0

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda.

Anexo H – Extrato de Conta de Investimentos em Curso referente ao ano de 2020

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2020

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2020

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito
45328	OLIVAL E AMENDOAL	2 039 974,99	852 648,57	1 187 326,42
453281	Amendoal e Olival	351 070,82	351 070,82	0,00
453282	Elab Projecto	15 750,00	15 750,00	0,00
453283	Amendoal	669 255,02	0,00	669 255,02
453284	Electrificação-Casa rega nº 2 e nº 3	15 185,50	15 185,50	0,00
453285	Sistema Solar-electrificação	4 436,97	4 436,97	0,00
453286	Estação Bombagem-Amendoa11	89 330,00	89 330,00	0,00
453287	Olival	518 071,40	0,00	518 071,40
453288	Sistema Rega-Amendoal e Olival	376 875,28	376 875,28	0,00
Soma Líquida		2 039 974,99	852 648,57	1 187 326,42
			Soma Saldos	1 187 326,42
Soma Líquida		2 039 974,99	852 648,57	1 187 326,42
			Soma Saldos	1 187 326,42

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo I – Fórmulas utilizadas no cálculos do projeto

Fórmulas Auxiliares
$\text{Custo total de produção (euros)} = \text{Formação} + \text{Manutenção} + \text{Colheita}$
$\text{Custo Azeitona (tonelada)} = \text{Custo Total Produção} / \text{Tonelada Colhida}$
$\text{Custo Azeitona (quilo)} = \text{Custo Total Produção} / \text{Quilo Colhido}$
$\text{Custo do Olival a reconhecer na contabilidade} = \text{Custos de Manutenção}$

Fonte: Elaboração própria

Anexo J – Balancetes Analíticos 2020 e 2021 – Classe de Subcontratos

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2020

Data Contab. : 31-15-2020

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 062 427,94	2 007,29	1 060 420,65	0,00
621	Subcontratos	556 078,57	0,00	556 078,57	0,00
6211	Subcontratos - mercado nacional	556 078,57	0,00	556 078,57	0,00
62111	Subcontratos mn - custo factura	556 078,57	0,00	556 078,57	0,00
621111	Subcontratos mn -Geral	201 230,67	0,00	201 230,67	0,00
621112	Subcontratos mn -Olival	299 245,90	0,00	299 245,90	0,00
621113	Subcontratos mn -Vinha	30 966,00	0,00	30 966,00	0,00
621114	Subcontratos mn -Amendoal	24 636,00	0,00	24 636,00	0,00

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2021

Data Contab. : 31-15-2021

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 323 556,20	18 241,49	1 305 314,71	0,00
621	Subcontratos	809 655,67	12 119,28	797 536,39	0,00
6211	Subcontratos - mercado nacional	809 655,67	12 119,28	797 536,39	0,00
62111	Subcontratos mn - custo factura	809 655,67	12 119,28	797 536,39	0,00
621111	Subcontratos mn -Geral	31 455,24	12 119,28	19 335,96	0,00
621112	Subcontratos mn -Olival	556 285,28	0,00	556 285,28	0,00
621113	Subcontratos mn -Vinha	23 860,00	0,00	23 860,00	0,00
621114	Subcontratos mn -Amendoal	68 305,00	0,00	68 305,00	0,00
621115	Subcontratos-Proces.Azeltona	129 750,15	0,00	129 750,15	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo K – Balancete Analítico de 2021 – Seguros

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2021

Data Contab. : 31-15-2021

	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 323 556,20	18 241,49	1 305 314,71	0,00
6263	Seguros	17 643,77	0,00	17 643,77	0,00
62631	Seguros - ramo incêndio	354,09	0,00	354,09	0,00
62633	Seguros - ramo roubo	2 556,86	0,00	2 556,86	0,00
62635	Seguros - ramo viaturas	2 246,03	0,00	2 246,03	0,00
62637	Seguros - Colheitas	10 588,15	0,00	10 588,15	0,00
62638	Seguros - Equipamento	1 587,81	0,00	1 587,81	0,00
62639	Seguros - Outros	310,83	0,00	310,83	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo L - Balancetes Analíticos 2020 e 2021 – Classe Energia e Fluidos

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2020

Data Contab. : 31-15-2020

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 062 427,94	2 007,29	1 060 420,65	0,00
624	Energia e fluidos	225 447,94	1 037,30	224 410,64	0,00
6241	Electricidade	32 544,11	839,33	31 704,78	0,00
624246	Gás	350,54	0,00	350,54	0,00
6243	Água	131 515,26	0,00	131 515,26	0,00

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2021

Data Contab. : 31-15-2021

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 323 556,20	18 241,49	1 305 314,71	0,00
624	Energia e fluidos	227 475,37	1 243,42	226 231,95	0,00
6241	Electricidade	35 576,39	1 243,42	34 332,97	0,00
6242	COMBUSTÍVEIS	77 559,98	0,00	77 559,98	0,00
624246	Gás	390,85	0,00	390,85	0,00
6243	Água	111 945,31	0,00	111 945,31	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo M – Balancetes Analíticos 2020 e 2021 – Conta de Subsídios

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2020

Data Contab. : 31-15-2020

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
75	Subsídios à exploração	21 800,00	153 984,66	0,00	132 184,66
751	Subsídios do Estado e outros entes p	21 800,00	153 984,66	0,00	132 184,66
7511	IFAP	21 800,00	151 836,56	0,00	130 036,56

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2021

Data Contab. : 31-15-2021

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
75	Subsídios à exploração	0,00	179 698,58	0,00	179 698,58
751	Subsídios do Estado e outros entes p	0,00	179 698,58	0,00	179 698,58
7511	IFAP	0,00	176 142,31	0,00	176 142,31

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo N – Balancete Analítico 2022 – Destacado contas de eletricidade e água

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR
					Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 070 556,95	24 461,20	1 046 095,75	0,00
624	Energia e fluidos	304 863,59	4 551,73	300 311,86	0,00
6241	Electricidade	48 869,76	1 666,97	47 202,79	0,00
6242	COMBUSTÍVEIS	103 885,21	2 884,76	101 000,45	0,00
62421	Gasóleo	18 499,48	0,00	18 499,48	0,00
624211	Gasóleo S/TA	18 499,48	0,00	18 499,48	0,00
6242112	Gasóleo - IVA 50%	18 499,48	0,00	18 499,48	0,00
62422	Combustíveis - gasolina	11 745,45	1 171,57	10 573,88	0,00
624221	Gasolina - Não Sujeita TA	1 618,51	1 171,57	446,94	0,00
624222	Gasolina - Suj. TA < 25.000	10 126,94	0,00	10 126,94	0,00
6242223	Gasolina - IRC - <25.000€	10 126,94	0,00	10 126,94	0,00
62423	Combustíveis - gás	1 047,37	30,00	1 017,37	0,00
624231	Gás - aceite pela totalidade	1 047,37	30,00	1 017,37	0,00
62427	Gasóleo Verde	72 592,91	1 683,19	70 909,72	0,00
6243	Água	146 280,39	0,00	146 280,39	0,00
6248	Outros	5 828,23	0,00	5 828,23	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo O – Balancete Analítico 2022 – Destaque na conta de compras de “Produtos P/Culturas – Olival”

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR
					Saldo Crédito
31	Compras	406 472,45	406 472,45	0,00	0,00
312	Matérias-primas, subsidiárias e de c	398 629,88	398 629,88	0,00	0,00
3121	Compras-matérias primas	398 539,04	398 539,04	0,00	0,00
31211	Compras-matérias primas - mat. prim	331 099,82	331 099,82	0,00	0,00
312111	Produtos P\ Culturas	329 883,87	329 883,87	0,00	0,00
3121111	Produtos P\ Culturas-Olival	186 551,31	186 551,31	0,00	0,00
3121112	Produtos P\ Culturas-Vinha	38 603,09	38 603,09	0,00	0,00
3121113	Produtos P\ Culturas-Amendoal	1 722,00	1 722,00	0,00	0,00
3121119	Produtos P\ Culturas-outras	103 007,47	103 007,47	0,00	0,00
312112	Produtos P\Animais	315,95	315,95	0,00	0,00
3121120	Produtos P\Animais	315,95	315,95	0,00	0,00
312113	Outros Produtos	900,00	900,00	0,00	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo P - Balancete Analítico 2022 – Destacado conta de “Subcontratos mn – Olival” e “Subcontratos – Proces.Azeitona”

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR
					Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 070 556,95	24 461,20	1 046 095,75	0,00
621	Subcontratos	487 709,56	0,00	487 709,56	0,00
6211	Subcontratos - mercado nacional	487 709,56	0,00	487 709,56	0,00
62111	Subcontratos mn - custo factura	487 709,56	0,00	487 709,56	0,00
621111	Subcontratos mn -Geral	242 643,72	0,00	242 643,72	0,00
621112	Subcontratos mn -Olival	154 057,35	0,00	154 057,35	0,00
621113	Subcontratos mn -Vinha	31 537,60	0,00	31 537,60	0,00
621114	Subcontratos mn -Amendoal	41 925,00	0,00	41 925,00	0,00
621115	Subcontratos-Proces.Azeitona	17 545,89	0,00	17 545,89	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo Q – Balancete Analítico 2022 – Conta de Subsídios “IFAP”

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR
					Saldo Crédito
75	Subsídios à exploração	0,00	169 284,92	0,00	169 284,92
751	Subsídios do Estado e outros entes p	0,00	169 284,92	0,00	169 284,92
7511	IFAP	0,00	162 135,57	0,00	162 135,57

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo R – Balancete Analítico 2022 – Serviços de Transporte

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
62	Fornecimentos e serviços externos	1 070 556,95	24 461,20	1 046 095,75	0,00
625	Deslocações, estadas e transportes	27 759,74	10 350,00	17 409,74	0,00
6251	Deslocações e estadas	7 020,11	0,00	7 020,11	0,00
62511	Desloc. e estadas - aceites p/ tot.	7 020,11	0,00	7 020,11	0,00
6251101	Desloc. e estadas - aceites p/ tot.	7 020,11	0,00	7 020,11	0,00
6253	Transportes de mercadorias	20 705,13	10 350,00	10 355,13	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda

Anexo S – Balancete Analítico – Classe 3411 – “Prod. Acab. E interm. – existências”

SAGSC, Lda

Balancete Geral (Acumulado até Dezembro) - 2022

Data Contab. : 31-12-2022

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Valores em EUR Saldo Crédito
34	Produtos acabados e intermédios	515 046,45	515 046,45	0,00	0,00
341	Produtos Acabados e Intermédios	515 046,45	515 046,45	0,00	0,00
3411	Prod. acab. e interm. - existências	515 046,45	515 046,45	0,00	0,00
34111	Prod. acab. e interm. - existências	515 046,45	515 046,45	0,00	0,00

Fonte: Fornecido pela contabilista e autorizado pelo Gestor da SAGSC, Lda